# *MANDATO XIII*

# *ATA Nº. 19/2023*

## *SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE JUNHO DE 2023*

*Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Braga, no auditório da Junta de Freguesia de Celeirós, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Primeira Secretária e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário.* ***MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros.* ***ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES MEMBROS****: João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Augusto Alexandra da Cunha Dias, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Marta Salomé da Silva Oliveira de Brito, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Pinheiro, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo,*

*Fausto Alves Farinha, Nélson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Augusto José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, Sara Adelaide Fernandes Dias, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, André Costa Castanho Correia, António Meireles de Magalhães Lima, Alexandre Sérgio Mano, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Valdemar Manuel Gomes Maia, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Tony Narciso dos Reis, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Manuel Pinto de Matos, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, Rui Pedro Almeida Ramos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Marta Alexandra Pinheiro Ferreira, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.*

***SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO**: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, Rui Nuno Gonçalves Marques, Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, José Miguel Ferreira da Silva, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Ricardo Manuel Ferreira*

*Gonçalves, Susana Rafaela Ferreira Leite, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Manuel Garcia Rodrigues e Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo.* ***JUSTIFICAÇÃO DE FALTA****: A Assembleia, em face do pedido apresentado, deliberou aceitar a justificação de falta de António Filipe Dias Melo Peixoto. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *realçou que se encontravam num espaço diferente, a Junta de Freguesia de Celeirós, tendo agradecido toda a disponibilidade e colaboração prestadas. Foi dada a palavra ao* ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS****,* ***AVELEDA E VIMIEIRO****,* ***CARLOS MIGUEL SILVA ABREU GUIMARÃES****, para começar por apresentar a sua equipa de trabalho: "o Vitor Brito, o nosso Secretário; a Sílvia Ribeiro, a nossa tesoureira, a Sónia Peixoto e o Jorge Costa, os vogais e eu sou o Carlos Guimarães, Presidente da Junta". Passou depois a destacar que: "Gostaríamos, em nome da Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro expressar o nosso mais sincero agradecimento pela realização da Assembleia Municipal no nosso auditório localizado em Celeirós, sejam muito bem-vindos. É com grande satisfação que testemunhamos a dedicação e o compromisso da Assembleia Municipal de Braga em promover uma participação ativa da nossa comunidade nas decisões que afetam a nossa região. Ao escolher o nosso auditório, e um agradecimento particular ao Bruno Machado pela iniciativa, a qual foi aceite de imediato, sentimo-nos honrados e valorizados enquanto freguesia. Agradecemos também à equipa técnica e administrativa da Assembleia Municipal de Braga, bem como a todas as entidades envolvidas na organização e logística desta sessão da Assembleia Municipal. A vossa dedicação e profissionalismo foram fundamentais para o sucesso desta assembleia em Celeirós.*

*Esta iniciativa reforça a importância da participação cívica e democrática, permitindo que os nossos cidadãos se envolvam ativamente nas discussões e decisões que moldam o nosso futuro comum. Mais uma vez agradecemos a oportunidade de sediar a Assembleia Municipal de Braga na nossa freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro e reafirmamos o nosso compromisso em continuar a trabalhar em parceria com a Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal com vista a promover o desenvolvimento e o bem-estar da nossa comunidade". Passou-se ao* ***PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO****. Neste período registou-se a intervenção do* ***SR. MANUEL SOUSA LOURO MENDES****, para dizer que: "Agente cultural quarenta anos. Artista cinquenta anos. Conheci o António Variações em mil novecentos e oitenta e três, numa freguesia de Amares, num concerto de Verão. Presidente, como era na altura, da ACOFA - Associação Cultural Organizador de Festivais Amadores, fiz-lhe o convite para ser o artista convidado no próximo Festival da Canção do Minho, ao qual ele aceitou de imediato. No dia do concerto, quatro de novembro deste mesmo ano e em Braga, foi uma autêntica loucura nas ruas da cidade e os estudantes eram centenas a pedir autógrafos. O António Variações era um grande artista português e minhoto. As canções com as mensagens, o público ficava agarrado às mesmas e ainda hoje são cantadas pelos nossos avós, pais, netos, para os minhotos, e não só. É necessário criar uma rua, avenida, praça, largo, com o nome Variações, para perpetuar este grande artista. António Variações amava a cidade e o São João". Seguiu-se a segunda intervenção produzida pelo* ***SR. LUCAS FILIPE SILVÉRIO DE FREITAS****, para referir que: "represento aqui também o Coletivo Braga Fora do Armário, que no dia três de junho organizou a décima primeira Marcha LGBTQIAP mais de Braga, organizada e iniciada no Parque da Ponte e subindo até à Praça da República rumo ao chafariz. Temos acompanhado uma série de casos na cidade*

*de Braga e também por todo o Portugal, que tem surpreendido a comunidade LGBTQIAP mais, nomeadamente esta semana em Évora, um ataque que fez uma pessoa refém, durante uma exposição num local que pertencia à Câmara de Évora. Uma pessoa foi refém naquele local e toda a obra e toda a exposição foi destruída por um senhor que alegou que aquilo não deveria estar acontecendo. Uma alegação, que se for verificada nos veículos de comunicação social, é uma alegação completamente preconceituosa e de ódio ao que estava sendo exposto. Aqui em Braga, durante a organização da marcha, colamos alguns cartazes pela cidade, cerca de seiscentos cartazes, trezentos deles, pelo que identificamos, fizemos esse esforço, foram arrancados. Durante a colagem, e peço licença para fazer essa denúncia, que pode ser verificada nos veículos de comunicação local, durante a colagem, uma voluntária, que tinha dezassete anos, enquanto colava um cartaz, foi abordada por um homem que disse:" pessoas LGBT em Braga não merecem ter cartazes colados nessa cidade. E esse senhor urinou no cartaz e exibiu a sua genitália para a voluntária. Isso aconteceu na rua da Universidade, às duas da tarde, pode ser verificado no Jornal do Minho. Pergunto o que é que falta para que a gente se possa consciencializar que essas atitudes de preconceito expõem e geram prejuízos para os jovens que residem em Braga? Temos orgulho de dizer que somos a capital da juventude. Temos orgulho de dizer que somos a capital da cultura e nos candidatamos e temos uma universidade e temos muitos jovens. O que é que falta para que a gente comece a receber mais apoio e visibilidade para a comunidade LGBT aqui presente? Vinte por cento dos jovens da geração Z, assumidamente identificam-se como membros da comunidade LGBTQIAP mais. Porque é que em Braga uma voluntária não pode colar um cartaz sem ser assediada e agredida? E aí vamos dizer que foi só uma pequena fala de um senhor que passou despercebido. São pequenas agressões todos os dias e em espaços públicos, na*

*universidade, no trabalho e especial na nossa marcha, e é isso que nos traz aqui também, a nossa marcha não contou com a já habitual escolta policial, que já acontece há dez edições. A polícia não compareceu e insistíamos, insistíamos, insistíamos que comparecessem e a marcha estava sujeita a ser cancelada, porque teria que andar pela avenida sem escolta policial. E é claro que a gente não deixou de fazer isso e ocupamos o passeio e isso foi muito simbólico para a gente, ocuparmos o passeio, sermos jogados para a calçada, em Braga em dois mil e vinte e três. Isso foi muito forte para setecentas pessoas ali presentes. É isso que viemos trazer aqui e isso que viemos expor e apelar para que os Deputados, para que os Presidentes das Juntas olhem para a comunidade LGBT presente aqui em Braga, é tão grande, precisamos de espaço, precisamos de respeito, precisamos de valorização, precisamos dessas pequenas violências sendo combatidas. E queremos compromissos. Queremos, como o Porto já faz, como Lisboa já faz, a bandeira LGBT hasteada na Câmara. Queremos compromissos de uma programação, uma agenda em prol da comunidade. Muitos riem, acham graça da ideia. Meus amigos, eu posso dizer com toda a certeza, quase quarenta por cento dos jovens que residem em Braga, se não se identificam, são simpatizantes e apoiam a comunidade LGBT. Não riam. Com a licença da Mesa, preciso perguntar aqui quem são os Deputados aqui presentes que se identificam com a direita, representam a direita em Braga? Por favor, gostaria de ter conhecimento. Dois da direita bracarense. É só para dizer que se a preocupação é o investimento, é trazer dinheiro, é valorizar os empresários, os jovens LGBTQIAP mais de Braga estão doidos para consumir, para investir na cidade.". A palavra foi dada ao* ***SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA*** *para produzir a terceira intervenção, tendo, para o efeito, referido que: "Estou aqui como membro da Comissão Promotora de Homenagem a António Variações dois mil e dezoito-dois mil e vinte e quatro. Já*

*esteve aqui o Carter Mendes e também está aqui a Patrícia Ferreira. Venho aqui subscrever o apelo que foi feito por Carter Mendes, para que Braga possa atribuir o nome de António Variações a uma rua, integrá-lo na toponímia do concelho. Tenho aqui muitos motivos, vou aqui apenas dar três. Numa entrevista à "Revista Sete", de trinta de março de mil novecentos e oitenta e três, num jogo das palavras feito com o cantor, ao chegar à palavra Braga, António Variações disse: "Canta baixinho ao passar por Braga abaixo, ouvi cantar e parei. É uma cidade de passagem. É o berço da minha mãe. O vira a fazer-me rodar". Outros motivos poderiam ser aqui alegados. Vou só dizer um, por exemplo, a tese de mestrado do Professor Luís Carlos Branco, da Universidade de Aveiro, tem mais de quinhentas páginas, quinhentas e trinta e três, onde há constantes referências à cidade de Braga e onde o Professor Luís Branco teve acesso ao acervo, que está na posse da família, e há realmente muitas referências a Braga. A análise da arte, das pessoas, da pobreza também, curiosamente. Para além disso, António Variações tinha preocupações ecológicas, também estão plasmadas no seu arquivo. E então venho aqui subscrever esse apelo, dizendo que também António Variações é um símbolo das marchas LGBTIQAP mais, inclusive é cantada uma adaptação do "É p'ra Amanhã", que diz "é p'ra amanhã, mas devia ser para hoje. Essa igualdade que teimas em negar. É p'ra amanhã, mas devia ser para hoje, a homofobia transfobia tem é de acabar". No dia três de junho participei na Marcha pelos Direitos LBGTQIAP mais. A marcha não teve escolta. Começou mais de uma hora depois. Tive que agilizar a logística familiar para estar presente. Li que a PSP não foi informada pela Câmara, apesar de terem sido cumpridos os requisitos. Em suma, como cidadão eleitor do concelho de Braga, senti-me envergonhado perante pessoas vindas de Aveiro, Cabeceiras de Basto, Guimarães ou Porto. Para além do atraso, viveu-se uma situação inédita, preocupante e desrespeitadora numa cidade*

*candidata a muitos títulos nacionais e internacionais. Acho que o Presidente da Câmara devia refletir sobre em manter a confiança na Senhora Vereadora do pelouro da Gestão e Conservação do Espaço Público, uma das responsáveis que já assumiu publicamente que realmente houve uma falha da Câmara, mas há outras situações, como a questão dos parques infantis, que temos um exemplo aqui bem ao lado. Tenho perguntado ao Senhor Presidente da Câmara em sessões do Executivo, para quando o içar da bandeira? No dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e três e no dia vinte e nove de maio, questionei para quando essa bandeira içada no mastro da Câmara? Vou ler o que o Senhor Presidente me respondeu no dia vinte de fevereiro, pedia a vossa atenção. Está na página catorze da Ata do Executivo Municipal de vinte de fevereiro de dois mil e vinte e três, aprovada a seis de março de vinte e três: "A bandeira não vai ser hasteada no mastro nem hoje, nem em dois mil e vinte e cinco, porque o mastro não serve para exibições alegóricas. Serve para atos e peças oficiais". Acrescentando que, como tem vindo a dizer em Braga: "Contarão sempre com o apoio da Câmara no combate à discriminação. Não contarão com o apoio a situações que nada abonam a esta questão". Penso que isto não está correto e penso que não estamos no bom caminho. Como cidadão, como professor, como professor de pessoas que são diferentes, penso que isto merece uma profunda reflexão deste Executivo Municipal". Interveio de seguida o* ***SR. DANIEL ALEXANDRE DIAZ DA COSTA*** *para, na quarta intervenção, dizer que: "Sou Engenheiro Estrutural, residente no centro histórico de Braga e dirigente associativo da Braga Ciclável. Hoje, venho até aqui para abordar um tema que me preocupa bastante: o perigo iminente e a desorganização que se vive na rua Dom Pedro quinto. Para aqueles que não estão familiarizados com esta zona da cidade, a Rua Dom Pedro quinto é uma das principais ligações entre a zona Este e Oeste de Braga. Esta rua estende-se desde a Avenida Padre Júlio Fragata até à Rua de*

*São Victor, conectando duas áreas altamente densas da cidade: a zona do Braga Parque e o Centro Histórico. É uma via que desempenha um papel fundamental na cidade de Braga, ligando a Braga Moderna, do INL, da Universidade, de toda a zona tecnológica da cidade, à Braga Histórica, do comércio local, das festas tradicionais, dos vários museus e atividades culturais. Querendo Braga ser uma cidade líder na mobilidade e um exemplo em todos os tópicos que respeitam a sustentabilidade, é de esperar que uma via principal como esta siga todas as normas que regem o bom planeamento urbanístico, respeitando a lei das acessibilidades e garantindo mobilidade democrática. No entanto, não é isto que se verifica. A rua Dom Pedro quinto é uma invenção urbanística sem precedentes: a via pública é composta por uma via de trânsito que duplica como ciclovia, uma via de estacionamento e dois passeios míseros, onde na maior parte das vezes não cabem duas pessoas. Várias vezes ao dia ocorre um problema: um autocarro a movimentar-se para Oeste, um carro a movimentar-se para Este e quando se encontram a meio caminho da rua, ficam ali, sem saber o que fazer. Esta cena repete-se várias vezes ao dia. Não é preciso ser muito versado em mobilidade para perceber que a solução que ali está não funciona, pois tem poucas zonas de cruzamento de viaturas, tudo porque se deu prioridade ao estacionamento de ligeiros O segundo problema desta rua prende-se com o desenho da via ciclável: esta única via também serve nos dois sentidos para as bicicletas. Não sei se alguém que está aqui presente (em especial aqueles que tomam decisões pelos cidadãos de Braga) já andou de bicicleta numa cidade, mas é absolutamente assustador pedalar onde existem carros a deslocarem-se em sentido contrário na mesma via a passarem a meros centímetros de distância. O terceiro problema prende-se com a questão do estacionamento: cinquenta e cinco carros estacionados com pouca rotatividade não contribuem para o comércio local e põem em causa o serviço de*

*transporte público que ali circula com milhares de pessoas diariamente. A escolha parece-me óbvia: cinquenta e cinco carros parados ou milhares de pessoas a deslocarem-se nos dois sentidos? É crucial que abordemos estes problemas na Rua Dom Pedro quinto e encontremos soluções adequadas. Como residente e representante da Braga Ciclável, sugiro algumas medidas que podem ser tomadas, muitas delas, sem orçamentos majestosos e que não envolvem mais do que coragem política: A primeira é a de reavaliar o projeto da Rua Dom Pedro quinto, considerando o fluxo de tráfego: Deve ser avaliado se realmente precisamos de tanto espaço dedicado a estacionamento e trânsito automóvel nesta rua. Sei de cor todos os argumentos contra o que acabei de dizer, no entanto, além desta ser uma das zonas com melhores acessos a transportes públicos e todo o tipo de serviços a menos de quinze minutos a pé, ao limitar o estacionamento e trânsito automóvel na Rua Dom Pedro quinto, iríamos aumentar exponencialmente o valor de toda esta zona: Todos os comércios presentes iriam ganhar largamente com uma rua sem carros. Se alguém discordar deste argumento, quero que pensem se um "Café Brasileira" se daria bem na Avenida Imaculada Conceição ou se as "Frigideiras do Cantinho" iriam ter algum cliente na Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires. Nenhuma destas hipóteses teria qualquer sucesso. As ruas com trânsito automóvel limitado são ruas com um valor acrescentado e se queremos uma Braga mais valiosa, temos de reduzir os carros das nossas ruas históricas. Devemos por isso retirar o estacionamento e trânsito automóvel desta rua, dirigindo-o para as vias paralelas. Agora que já reorganizamos todo o espaço que o automóvel ocupa nesta rua, temos espaço para que os autocarros se movimentem nos dois sentidos e porque não partilharem este espaço com as bicicletas dando prioridade a estes modos de transporte. Se esta via passar a ser dedicada a estes modos, temos uma via que permite que dezenas de milhares de jovens circulem de maneira sustentável*

*da Universidade para o centro histórico da cidade, gerando, mais uma vez, um valor acrescentado para a cidade e evitando a guetização que hoje se vive na Universidade do Minho. Além disso, o comércio local irá ganhar centenas de novos potenciais clientes e as lojas serão valorizadas. Por último, podemos embelezar esta rua: adicionar árvores para a arrefecer no verão, criar zonas de convívio e espaços onde as comunidades de Braga possam florescer, fazendo a cidade crescer com estas mesmas comunidades. Estas são apenas algumas sugestões iniciais para enfrentar os problemas na Rua Dom Pedro quinto. Vejo nesta rua um potencial enorme para criar um eixo principal para deslocamento sustentável na cidade de Braga, longe da poluição, dos atropelamentos, da poluição sonora e de todo o trânsito e stress que os carros trazem consigo. Espero que a Assembleia Municipal de Braga possa considerar seriamente essas questões e recomendar ao Executivo Municipal a criação de um eixo para transportes públicos e modos ativos nos dois sentidos desta rua, dando assim prioridade às pessoas que andam a pé, de bicicleta e de Transportes Públicos em Braga". Seguiu-se a quinta intervenção, produzida pela* ***SRª. TERESA ALEXANDA CARVALHO AMORIM****, que dizia: "cumprimentos às pessoas que lutam pela toponímia de António Variações, um dos mais conhecidos membros portugueses da nossa comunidade. Vimos, em nome do Coletivo Braga Fora do Armário, coletivo informal que há já dez anos organiza a Marcha pelos Direitos LGBTQIAP mais de Braga. O que nos trás aqui, hoje, não é só o que aconteceu na marcha do passado dia três de junho, cuja responsabilidade a Câmara Municipal já assumiu. É antes um sentimento geral de insegurança constante que as pessoas LGBTQIAP mais sentem em Portugal, e muito particularmente em Braga. Na preparação da Marcha pelos Direitos das Pessoas LGBTQIAP mais, para a qual escolhemos o mote "Queremos ser felizes, porra!", inspirados nas palavras de Zé Mário Branco, dissemos "Sentimos isso de uma*

*forma muito direta". Uma rapariga menor de idade, que colava cartazes na zona do Braga Parque, assistiu a um homem que exibiu os genitais e urinou nos cartazes enquanto dizia impropérios sobre as pessoas LGBTQIAP mais. Ficam com medo de continuar a colar cartazes. Ainda assim, diferentes pessoas por toda a cidade, colaram seiscentos cartazes no espaço de dois dias. No dia seguinte, mais de um terço desses cartazes tinham sido arrancados. Hoje é raro o que ainda resiste. São muitos os casos de estigma e violência contra as pessoas LGBTQIAP mais na cidade de Braga, por ter uma orientação sexual, identidade ou expressão de género não normativas em Braga, é sinónimo de viver num constante sentimento de insegurança e de medo. E não é só em Braga. Ainda ontem, em Évora, foi vandalizada uma exposição com o nome "amor e ódio" sobre direitos das pessoas LGBTQIAP mais. No dia da marcha de Braga, por a Câmara não ter informado a Polícia de Segurança Pública e por a Polícia de Segurança Pública, quando contactada pelos organizadores, ter descartado a importância do assunto e reiteradamente prestado informações falsas e conhecendo a situação, a presença de grupos vulneráveis, como pessoas surdas em cadeiras de rodas e crianças, tenha decidido que não era uma prioridade alocar meios para que esta marcha pudesse ocorrer em segurança. O que aconteceu no dia três de junho não foi apenas, e já seria muito, uma marcha que teve de caminhar pelo passeio em vez da centralidade da rua, usando o direito constitucional das mais de setecentas pessoas presentes. O que aconteceu no dia três de junho foi trocar o único dia do ano em que as pessoas LGBTQIAP mais se sentem seguras a expressar a sua identidade nas ruas de Braga, por mais um dia de violência e insegurança que agravou, a todos os níveis, o sentimento de insegurança que sentimos enquanto pessoas LGBTQIAP mais. Foram carros, e até um autocarro, que tentaram avançar entre as pessoas para não esperar que passassem todas nas passadeiras, foram ataques verbais de*

*pessoas que se juntavam nas margens, certamente vendo a fragilização da marcha pela ausência de polícia e de espaço. Foi um caminho difícil de percorrer para pessoas de cadeira de rodas, que não têm lugar nos passeios desta cidade. Foi, acima de tudo, a violência simbólica deste momento, que teve efeitos irreparáveis e que nunca poderemos medir sobre as mais de setecentas pessoas que estavam naquela marcha, muitas das quais estavam numa marcha a expressar a sua identidade pela primeira vez, não imaginámos quantas poderão ter retardado a sua saída do armário pela violência desta situação. Devemos lembrar que das setecentas pessoas presentes, seguramente mais de trezentas eram menores de vinte e cinco anos e que todas, sem exceção, foram atacadas no seu direito de autodeterminação. É preciso lembrar que, por muitas responsabilidades que se assumam, o que aconteceu tem consequências irremediáveis e irreparáveis. É preciso que tenhamos todos uma noção clara, se este erro tivesse acontecido com uma procissão religiosa, com uma atividade no âmbito de uma "Feira Romana" ou de uma "Noite Branca", o resultado teria sido, e ainda bem, diferente. Vinte por cento da geração Z identifica-se como LGBTQIAP mais. Como pode uma cidade que não dá prioridade aos direitos destas pessoas, que nunca mostrou solidariedade com a violência a que estão submetidas estas pessoas, hasteando a sua bandeira no mês de junho, que nunca se comprometeu com planos consequentes que vão para lá dos planos de igualdade municipais, muito restritos no seu alcance e ação, como pode uma cidade assim reclamar a ideia de ser uma cidade amiga das e dos jovens e da cultura? Nenhum título de capital europeia dará aos jovens e a jovens a segurança que esta cidade lhes nega. É preciso que fique claro, a incompetência e negligência, tanto da Câmara Municipal de Braga, que não comunicou o evento, como da Polícia de Segurança Pública, que repetiu e reiterou informações falsas e não disponibilizou meios para que os direitos democráticos de*

*mais de setecentas pessoas pudessem ser praticados em segurança. Para produzir a sexta intervenção, usou da palavra a* ***SRª. CATARINA SOUSA MARTINHO SOARES BARBOSA****, para destacar que: "como a minha colega estava a dizer, é preciso que fique claro, a incompetência e negligência tanto da Câmara Municipal de Braga, que não comunicou o evento, como da Polícia de Segurança Pública, que repetiu e reiterou informações falsas e não disponibilizou os meios para que os direitos democráticos de mais de setecentas pessoas pudessem ser praticados em segurança. Gerou situações de profunda violência sobre a comunidade LGBTQIAP mais, uma comunidade vítima, lesada e estigmatizada nos diversos espaços que ocupa na sociedade. É necessário que retirem consequências disto. Por isso vos perguntamos, partidos com assento nesta Assembleia e Executivo Camarário, que compromissos estão dispostos a assumir, de hoje em diante, para que Braga se torne uma cidade segura para as pessoas LGBT? Para as pessoas jovens e para todos nós? Qual é o compromisso que querem assumir?" Interveio depois o SR.* ***JOAQUIM DA SILVA PEREIRA****, para, na sétima intervenção, dizer que: "é já pela sétima vez, que na Assembleia Municipal, e começou na Rua Santa Margarida, já com o Presidente da Câmara, Ricardo Rio, com um ano de mandato, foi colocada esta questão sobre o acabamento de uma rua que liga Sequeira a Vilaça. Vilaça, só tem duas entradas para a freguesia de Sequeira, que é pelo lado da Igreja, a Estrada Nacional a e rua da Estrada. É bastante caricato. A Câmara gasta dinheiro e não consegue lá pôr alcatrão para acabar aquela rua. Aquilo antigamente era o lugar da Torre. Pagam contribuições e como pagam, do lado de Vilaça, tem uma rua à burguês, dez metros de largura. Chega ali um bocado, terra batida. Ficava bem a qualquer Deputado que está aqui nesta Assembleia, ir ver a realidade. Anda lá um lavrador que quando chove, anda de sachola na mão. Ele não é pago com dinheiro público. Acho que já é tempo, com oito anos e meio, aquela rua ser*

*acabada. Gasta-se muito dinheiro no Município de Braga e aquilo é uma necessidade. E agora, outra situação, que também foi posta nessa mesma Assembleia, que é a segurança. As vedações nas pontes de autoestrada, em Fradelos, uma, em Vilaça duas, que liga à sede da Junta. Ainda há bem pouco tempo, e foi pena que isso não tivesse vindo nos órgãos de comunicação social, uma miúda tentou matar-se nessa ponte e se lá estivesse a rede, com certeza que não haveria aquela tragédia. O porquê de não existir verba para isso? Há uma outra situação sobre questões de segurança, que muitas vezes fico magoado porque aquilo que vejo, já fui autarca e atual, não andava na altura das eleições a mendigar votos, porque isso é feio, não fica bem na fotografia, mas na hora tem que se socorrer as pessoas. Acho que até os Senhores que estão da Junta Sequeira deviam incentivar o povo do Sequeira a não fazer qualquer votação. Mais vale sabotar as eleições, porque é brincar com a cara das pessoas. Vocês podem ficar um pouco chateados, mas fica bem um Deputado percorrer o concelho de Braga, não é só estar aqui nos levantamentos, nem dizer nada, nem nunca vi aqui propostas nenhumas para um caso daqueles. Quero apresentar aqui o meu voto de pesar, porque não estive nessa última Assembleia, do meu grande amigo e Presidente da Junta de Tadim, José Manuel Cunha, falecido aqui há uns tempos atrás. Foi um Senhor do PS, que defendeu a freguesia de Tadim a ferro e fogo, independentemente das cores políticas. Pedi ao Sr. Presidente da Câmara que fosse ver aquela rua, porque é uma obrigação e se um Deputado o fizer, fica muito bem na fotografia, porque aqueles senhores que lá estão numa miséria. Nem luz e terra batida. É uma vergonha o dinheiro público não ser gasto nessa finalidade. Acho que este espaço é relativamente pequeno para uma Assembleia Municipal. Há quarenta anos fiz uma estrada que levou Vilaça a Cunha a troco só das máquinas. É verdade, oitocentos metros estrada, está lá feito". A oitava e última intervenção foi*

*produzida pela **SRª. PATRÍCIA DANIELA DA SILVA FERREIRA**, para dizer que: "nasci, cresci, vivo, desenho e pinto em Braga e mobilizei-me hoje a vir a esta Assembleia Municipal na qualidade de artista plástica que tem na sua terra uma parte importante da sua identidade, pessoal e artística. Apresento-me ainda perante vós como admiradora do trabalho do músico e poeta António Variações, como minhota e cidadã do mundo. Todos nós aqui presentes e por esse mundo fora conhecem António Variações. O seu caráter universal é inquestionável; o seu legado intemporal, sem fronteiras e sem medida está garantido. Todos conhecem o carisma da sua imagem, a força e autenticidade da sua mensagem, a extravagância, o ímpeto da cor, o culto de ser diferente, a audácia, a voz, a vontade férrea de liberdade, a doçura e a sensibilidade poética! Todos lhe reconhecem Qualidade e Qualidades e os bombos e tambores ainda nem sequer começaram a rufar! Pois é, António Variações é um artista universal, mas antes de o ser é um artista mui querido nosso, com o qual temos o privilégio de partilhar as origens e a geografia. Braga disse muito a Variações e Variações diz muito a Braga. Os nossos corações batem da mesma maneira: rufam! Os nossos corações de minhotos vestem-se de igual: de cores e sons vibrantes sem medo de ser vibrantes! Calcámos os mesmos caminhos, ouvimos as mesmas filarmónicas, os mesmos cancioneiros de romarias e até os mesmos sinos das igrejas. Estamos quase a assinalar os oitenta anos do nascimento de António Variações e os quarenta anos da sua prematura partida e o frenesim sem fim de Variações continua a entusiasmar e influenciar portugueses e estrangeiros, académicos, músicos, escritores, performers, artistas visuais e as escolas, até porque Variações continua a ser um porta-bandeira dos sonhos e legítimas preocupações dos mais jovens, bem como das frustrações e reivindicações daqueles que se sentem nas bordas, daí a sua atualidade. Assim, inserir o nome de António de Variações na toponímia de Braga parece de uma justeza em bruto*

*inquestionável e inadiável. E não estaremos apenas a levar à pedra um primeiro nome e apelido sonoro e mediatizado, mas antes uma memória viva, em atualização contínua, um legado irrepetível e uma certa maneira de viver a vida: - com uma sede que não se extingue nem abranda! O músico de "Cinderela", Carlos Paião ou a voz de "Estranha Forma de Vida", Amália Rodrigues ou o autor de "A Formiga no Carreiro", Zeca Afonso, dão o seu nome a ruas de Braga. Já que são estes o tempo e o mundo que nos cabem, façamos tudo para que caiba na nossa cidade, de forma visível e para sempre, o autor de "É p'ra amanhã", "Quero é viver", "Muda de Vida" ou "Estou Além". Na Rua ou Praça António Variações nascerão versos, brotarão conversas, talvez cantigas, haverá árvores de verde Minho, invariavelmente, surgirá aqui ou ali a pergunta "quem foi António Variações?" e a quem calhar responder, há-de afirmar cantarolando e rindo: - António Variações… É! António Variações vive! António Variações respira sempre que se ouvem as suas canções. António Variações acontece sempre que alguém muda de vida para sentir a vida em si a latejar". Passou-se, depois, ao* ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****, que teve início com a apresentação de um* ***Voto de Louvor****, pelo* ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS****,* ***AVELEDA E VIMIEIRO****,* ***CARLOS MIGUEL SILVA ABREU GUIMARÃES****, o qual começou por apresentar o Sr. Miguel Veiga, Presidente do Clube Desportivo de Celeirós e Sr. José Araújo, Presidente do Grupo Folclórico Semear Alegria. Passou então a revelar que: "Venho a esta Assembleia Municipal de Braga, realizada no auditório da Junta de Freguesia em Celeirós, propor um voto de louvor a duas instituições locais de relevo, o Clube Desportivo de Celeirós e o Grupo Folclórico Semear Alegria. O motivo da proposta de voto de louvor ao Clube Desportivo de Celeirós é o merecido título de campeão da Divisão de Honra da AF Braga, conquistado na temporada de dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte*

*e três, bem como a consequente subida de divisão à Pró-Nacional e da comemoração dos quarenta anos. O Clube Desportivo de Celeirós, com a sua dedicação, empenho e talento, alcançou um feito notável no cenário desportivo, demonstrando excelência e trabalho de equipa. A conquista do título de campeão da Divisão de Honra é um testemunho claro da sua competência e capacidade em enfrentar adversidades com coragem e determinação. Ao longo da temporada, o Clube Desportivo de Celeirós mostrou um desempenho excecional, exibindo um futebol de qualidade e alcançando resultados impressionantes. Esta vitória não é apenas uma conquista desportiva para o clube, mas também um motivo de orgulho para toda a nossa comunidade de Celeirós, Aveleda e Vimieiro. O título de campeão da Divisão de Honra e a subsequente promoção à Pró-Nacional são marcos importantes na história do Clube Desportivo de Celeirós. Estas conquistas não só enaltecem a dedicação e o esforço dos jogadores, equipa técnica e da direção, mas também refletem o apoio incondicional dos adeptos e o envolvimento da nossa comunidade. Portanto, é com imensa satisfação que a Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro propõe este voto de louvor ao Clube Desportivo de Celeirós, reconhecendo o mérito desportivo do clube e a forma como representa e valoriza a nossa comunidade. De referir que todas e quaisquer homenagens e reconhecimentos devidos são efetuados nas instâncias próprias que engrandeçam os seus feitos, contribuindo assim para a celebração do sucesso e para o fortalecimento do desporto na nossa comunidade. O outro motivo que sustenta o voto de louvor que venho aqui propor é o do aniversário do Grupo Folclórico Semear Alegria. Gostaria de salientar que, no dia de amanhã, o Grupo Folclórico Semear Alegria completa quarenta anos de atividade. É uma conquista incrível chegar a esta marca e que só demonstra o comprometimento e a paixão do grupo pelo folclore e pela cultura tradicional. Ao longo dos anos, temos a certeza de que*

*o grupo enfrentou enormes desafios e superou muitos obstáculos, mas a perseverança e a dedicação de todos os seus membros, atuais e antigos, permitiram que se mantivesse forte e ativo. Vocês são um exemplo inspirador para outros grupos folclóricos e para toda a comunidade cultural. Que este marco dos quarenta anos seja apenas o começo de uma jornada ainda mais longa e bem-sucedida para o Grupo Folclórico Semear Alegria. Que vocês continuem a espalhar alegria, a promover a cultura folclórica e a encantar o público com a vossa arte por muitos mais anos. Desejo a todos os elementos do Grupo Folclórico Semear Alegria muito sucesso, muitas felicidades e realizações coletivas. Que vocês continuem a semear alegria por onde passem e a deixar um legado duradouro na história do folclore. Parabéns novamente por esta conquista extraordinária! Agradecemos a atenção de todos os membros desta assembleia e contamos com o apoio unânime a estas propostas de voto de louvor ao Clube Desportivo de Celeirós e ao Grupo Folclórico Semear Alegria". Posto à votação, foi o presente voto de louvor* ***aprovado por unanimidade****. Seguiu-se a apresentação de um* ***Voto de Saudação****, apresentado pela* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***CATARINA LOURENÇO RIBEIRO****, que dizia: "Fundado em mil novecentos e vinte e três, numa altura em que a música coral ganhava cada vez mais importância em Portugal, e enquanto Braga se assumia como um importante centro cultural, com uma forte tradição musical, o Orfeão de Braga tem sido um verdadeiro embaixador da cidade, levando a sua arte a todos os cantos do país e do mundo. A dedicação e talento dos membros que o integram têm sido reconhecidos em inúmeras ocasiões, e o seu contributo para a cultura musical portuguesa é inestimável. Ao longo dos seus cem anos de existência o Orfeão de Braga conquistou inúmeros prémios e reconhecimentos, tanto nacional como internacionalmente. Essas conquistas são reflexo da dedicação dos seus membros, maestros e diretores artísticos que ao longo dos anos colaboraram para*

*o crescimento e sucesso da instituição, desde o seu fundador e primeiro diretor artístico Padre Manuel Alaio. Neste ano especial, celebramos cem anos desde a sua fundação a doze de janeiro de mil novecentos e vinte e três, uma celebração que destaca a dedicação e o compromisso contínuo desta associação cultural em promover a música coral e enriquecer a vida musical e artística. Hoje, o Orfeão de Braga é uma referência na música coral em Portugal e no mundo, sendo reconhecido pela sua qualidade e originalidade. O seu centenário é, por isso, um momento de grande orgulho para todos aqueles que admiram a sua arte. Que este centenário seja uma ocasião para celebrar as realizações passadas e inspirar novas conquistas no futuro do Orfeão de Braga. Que a música continue a unir corações e a enriquecer-nos. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, saúda o Orfeão de Braga, pelo seu centenário, com o desejo que este seja apenas o início de uma nova era de sucesso. Que continuem a inspirar e emocionar todos aqueles que têm o privilégio de ouvir a vossa música". Posto à votação, foi o presente voto de saudação* ***aprovado por unanimidade****. A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para proceder à apresentação de um* ***Voto de Protesto*** *do seguinte teor: "Considerando que: a Assembleia Municipal é um órgão distinto e exerce as suas competências com independência face ao executivo municipal; as Comissões Municipais são parte integrante da Assembleia Municipal; as Assembleias Municipais se regem, nos termos da lei, por regimento próprio aprovado pelos seus membros; a Comissão Municipal de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil reuniu no passado dia catorze de junho com ordem de trabalhos previamente definida. Considerando que essa reunião serviu para abordar os pontos da agenda, que a Comissão entendeu ouvir aí a Senhora Vereadora responsável pelos pelouros que diretamente impactam com os pontos da dita ordem*

*de trabalhos, no caso, a Vereadora Olga Pereira. Considerando que este convite foi efetuado há várias semanas e a reunião foi agendada em conformidade. Considerando que o Vereador Artur Feio entendeu remeter ao Presidente da Comissão, no dia doze de junho, uma mensagem dando conta que iria estar presente na referida reunião. Considerando que não fundamentou, não justificou o pedido, nem minimamente enquadrou o porquê de não só desejar tomar parte nos trabalhos da Comissão como de o fazer especificamente nesta reunião. Considerando que a acompanhar a expressão de vontade potestativa apontou o número um do artigo quinquagésimo quinto do regimento da assembleia municipal em vigor, que assim dispõe: "Os membros da Câmara Municipal podem participar nos trabalhos das comissões a solicitação destas ou por sua iniciativa e, neste caso, mediante prévia anuência daqueles". Considerando que não há registo de, até ao dia doze de junho do presente, algum vereador da oposição ter tido a iniciativa de se propor a participar numa reunião de qualquer Comissão da Assembleia Municipal. Considerando que a Comissão, perante a novidade da questão, e apesar do curto espaço de tempo que mediava a manifestação de vontade e a realização da reunião, entendeu debatê-la entre os seus membros, o que fez através de troca de emails. Considerando que a maioria dos membros com direito de voto, pertencentes, de resto, a partidos tão díspares como o PSD, a CDU e a IL, concluíram que o artigo citado não prevê nenhum direito potestativo de um vereador a participar nas reuniões das Comissões, sendo necessário obter a anuência prévia dos membros da Comissão para o efeito. Sendo que qualquer entendimento contrário colocaria em crise a independência da Assembleia Municipal face ao Executivo Municipal e resultaria numa subalternização inadmissível de um órgão face ao outro. Considerando que mais entenderam os membros daquela Comissão que, apesar de a já referida escassez de tempo, deveria colher-se, junto do interessado em*

*participar, a justificação que habilitasse os membros da Comissão a decidir sobre a pertinência e utilidade da participação do Vereador. Considerando que tendo o Presidente da Comissão, em consequência dessa posição, endossado ao Vereador Artur Feio um pedido de justificação, veio este dizer que a sua participação apenas se destinava a "assistir" aos trabalhos sem que pretendesse produzir qualquer tipo de intervenção. Considerando que a participação de um membro do executivo numa reunião de qualquer Comissão pressupõe não só a sua presença e a assistência aos trabalhos da mesma, como também a possibilidade de intervir no tempo e no modo que a Comissão entenda, sem prejuízo da necessária liberdade sobre o conteúdo e a forma dessa intervenção, que só ao participante cabe determinar. Considerando que a mera assistência para conhecimento das matérias incluídas na ordem de trabalhos não pressupõe o exercício de nenhuma qualidade especial, poder ou função ligada à condição de Vereador, sendo, para tal efeito, bastante a abertura ao público da reunião, a qual, por defeito e de acordo com previsão regimental, é fechada. Considerando tudo quanto precede, a justificação oferecida pelo Senhor Vereador, não foi tida pela maioria dos membros da comissão como relevante para a participação, mas todos os subscritores desta posição manifestaram a disponibilidade para deliberar sobre o caráter público da reunião, assim permitindo que o Vereador Artur Feio, como qualquer outro cidadão Bracarense, assistisse à reunião. Considerando, ainda, que, na decorrência deste processo, foi o Vereador Artur Feio informado que poderia assistir à reunião, uma vez que a mesma seria pública, mas que o fundamento apresentado, na opinião maioritária dos membros da Comissão, não apresentava relevância que levasse ao deferimento do pedido, ainda que, na realidade dos factos, nem sequer tivesse havido um pedido, antes se tratando de uma mera declaração de vontade com caráter potestativo. Considerando que o Vereador Artur Feio entendeu, livremente, não*

*assistir à reunião. Considerando que no dia seguinte à reunião da Comissão, o Vereador Artur Feio convocou uma conferência de imprensa para dar pública nota de que a sua presença havia sido "vetada", acusando a Comissão de falta de transparência. Considerando que nessa mesma conferência de imprensa acusou a "maioria do executivo" de vetar a sua presença nessa Comissão, bem sabendo que a votação que indeferiu o pedido de participação, solicitada ao abrigo dos termos do dito artigo do regimento, incluiu a CDU partido da oposição no executivo municipal e na Assembleia Municipal. Considerando finalmente que, a Comissão agiu com total lisura, espírito democrático, transparência e boa-fé, num quadro de legalidade, tentando encontrar as soluções que fossem juridicamente sustentáveis, institucionalmente aceitáveis e com o intuito de não colocar entraves artificiais ao desejo do Vereador Artur Feio que era, relembre-se, assistir à reunião da Comissão. A Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária, a dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, delibera, assim manifestando o seu protesto: Denunciar a falsidade das declarações públicas que o Vereador Artur Feio proferiu a propósito da conduta dos membros da Comissão Municipal de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil e repudiar veementemente as acusações que lhes imputou e, por essa via, a toda a Assembleia Municipal, de falta de transparência e de impedimento da sua presença nos trabalhos daquela; Reafirmar a total lisura de procedimentos, a legalidade da atuação da Comissão e da Assembleia Municipal e o comprometimento de todo os seus membros para com o cumprimento dos princípios democráticos que nos vinculam e que temos sido sempre capazes de concretizar, especialmente no seio dos trabalhos das Comissões Municipais; Esclarecer publicamente que o Vereador Artur Feio pôde assistir à totalidade dos trabalhos da Comissão e, ainda assim, entendeu livre e conscientemente não o fazer, por motivos que apenas ao próprio*

*podem ser assacados; Exigir que o Vereador Artur Feio se retrate publicamente das acusações extemporâneas infundadas e caluniosas que proferiu em conferência de imprensa e que atacam na sua honra, dignidade e perfil público os membros da Comissão de Urbanismo". Usou da palavra o* ***SR. VEREADOR ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO****, para, em defesa da honra, salientar que: "aquilo a que aqui acabámos de assistir, aquilo que o Senhor Deputado aqui veio fazer, não só o envergonha a si, pessoalmente, como ao seu partido na sua globalidade. O Senhor é mentiroso. Tenha calma, seja educado e tenha calma. Há uma questão muito simples relativamente à minha participação ou pedido de participação nesta Comissão, que resultava do simples facto de não terem sucessivamente sido fornecidas e sonegadas informações em sede do Executivo. Entendemos nós, em vereação, que a informação que é absolutamente essencial ao exercício das funções, deve naturalmente ser fornecida e entregue aos Vereadores Municipais, previamente, àquilo que é feito com outros órgãos eleitos. Deu-se o caso, na semana prévia da convocatória desta reunião, de o Partido Socialista ter feito uma conferência de imprensa, sobre a Avenida da Liberdade, em que, a propósito da falta de compatibilização, inexistência, da dúvida que existia sobre a compatibilização do projeto da Avenida da Liberdade e do BRT, o Partido Socialista ficou a saber, por palavras do Senhor Presidente, que ele não passaria na Avenida da Liberdade. Nunca tivemos nenhuma reunião sobre o BRT. Não temos nenhuma reunião e pedimo-la há vários meses sobre o PDM. Não temos reunião nenhuma nem respostas sobre a Avenida da Liberdade, sobre o túnel da Avenida da Liberdade e de tantas outras obras, que temos que andar atrás da informação com o chapéu na mão. O que o Senhor Deputado não sabe, é que os Vereadores do Partido Socialista, pediram para participar nesta comissão, para serem informados, ao mesmo tempo que os demais Deputados do Partido Socialista, que*

*naturalmente representavam o partido nesta própria Comissão. Aquilo que aconteceu, e passo a ler o email, e o Senhor não sabe, porque não sabe o que está a dizer, vou ler o último email e o penúltimo, o último parágrafo que recebi do Senhor Deputado Joaquim Barbosa, que diz o seguinte: "Mais informo que irei propor na reunião, atenção, a reunião era às vinte e uma horas de quarta-feira, recebi este email às oito e um quarto da noite. Enviei o email na segunda-feira, a pedir a participação na reunião e na quarta-feira às oito um quarto da noite, depois de ter falado na terça-feira com o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, à meia noite, porque não tenho que justificar a minha participação, o que diz é que a participação é apenas e só devido à anuência dos membros da Comissão. Apenas e só com a boa fé de quem queria participar neste assunto, tive a oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Joaquim Barbosa, que apenas queria participar precisamente para colher informação, porque havia falta de transparência, havia falta de informação a circular para os Vereadores do Partido Socialista, que têm o direito, devem ter esta informação acima de tudo. E a participação foi de uma forma, e usei estas palavras, com vergonha democrática, com humildade, que íamos participar nesta comissão. Aquilo que fizemos foi ir atrás de informação, e passo a ler o último parágrafo, às oito e um quarto da noite de quarta-feira e o Senhor não sabe o que está a dizer: "mais informo que irei propor na reunião, ao abrigo do artigo sexagésimo terceiro do citado regulamento, que a mesma seja pública, de maneira a que se for essa a vontade da maioria dos seus membros poderá, querendo, assistir. O que o Senhor queria é que o Partido Socialista fosse para a porta da Comissão pedir por favor, para participar numa reunião que devia, de uma forma livre, ter participado. O Senhor não sabe o que está a dizer e o Senhor acabou de mentir a toda a gente". Voltou a usar da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para dizer que: " afinal quem está exaltado é o Senhor*

*Vereador, porque se ele diz que eu não sei o que se passou, ele seguramente não sabe o que pensa sobre aquilo que lê, porque seguramente se soubesse, tinha percebido qual era o conteúdo da mensagem que a Comissão lhe tentou transmitir. E de resto, se me permitem, percebo que haja uma certa descoordenação entre o PS A da Câmara e o PS B da Assembleia Municipal. E percebo que o Senhor Vereador não confia na Assembleia Municipal e, se calhar, a Assembleia Municipal não confia no Senhor Vereador. É uma pena. Mas, agora, não peçam é aos outros partidos que resolvam a falta de coordenação do Partido Socialista, a falta de notoriedade do Senhor Vereador a quem ninguém conhece uma ideia, uma proposta, o que seja. O grande momento de afirmação política do Senhor Vereador foi aqui hoje. Com grande veemência veio dizer aquilo que eu tinha acabado de dizer, que ele pediu para assistir e, infelizmente, enganou-se no artigo, veio com o artigo da participação, um artigo que nunca tinha sido utilizado. A Comissão, na sua boa-fé, tentou encontrar alguma racionalidade no pedido e dar-lhe resposta. E o que é que ele responde com má vontade? Vem dizer para a imprensa que nós, PSD, CDS, CDU, vetamos a participação do Senhor Vereador, que só queria assistir aos trabalhos. O Senhor Vereador que só queria assistir aos trabalhos, podia ter assistido. Porque a Senhora Vereadora Olga Pereira, ter-lhe-ia dito, que tem no seu gabinete, uma pergunta por responder do Partido Socialista. Portanto, das duas uma, ou o Partido Socialista não faz perguntas, ou sonha durante a noite e espera que a Câmara invente respostas para os seus sonhos. Só que o problema do Partido Socialista é que esta Câmara não funciona com os sonhos, mas com os pesadelos do Partido Socialista, que são as concretizações. São as obras. É disso que eles têm medo. É com isso que eles não conseguem viver. Agora, há algo que não podemos deixar passar, todos da Assembleia Municipal, todos os membros da Assembleia Municipal, nós fomos desrespeitados desde o início neste processo. Este*

*Senhor Vereador que aqui está do Partido Socialista, veio-nos dizer à Assembleia Municipal e à Comissão, que iria participar no dia tantos do tal, na reunião da Comissão, ao abrigo do artigo tantos do tal. Ora, o problema é que o Senhor Vereador tem que se habituar a uma coisa que o seu partido desconsiderou durante muitos anos e que é pena, que é o saudável convívio democrático entre as instituições. É importante respeitar a Assembleia Municipal. É importante perceber o lugar de cada um. É importante respeitar a lei. Sabe porquê, Senhor Vereador? O Senhor não é jurista, mas devia saber isto na mesma. As regras são o que nos tornam iguais, e são aquilo que garante que todos trabalham ao mesmo nível e que ninguém é injustamente prejudicado ou beneficiado face aos demais. Ora, o grande trabalho que esta Comissão teve, foi o de tentar, apesar das dificuldades, apesar de tudo, garantir o direito do Senhor Vereador, pelos vistos queria ir com mais Vereadores. Nós tínhamos medo do Senhor Vereador assistir, acha o Senhor Vereador assim tão feio ou assustador que nós tivéssemos medo que ele assistisse aos trabalhos da Comissão? Era o que mais faltava. No dia em que esta maioria tiver medo que um Vereador se sente e assista aos trabalhos de uma Comissão, então meus caros amigos, podemos ir todos embora e arrumar claramente as botas. O que importa dizer aqui, é que o que fizemos foi um trabalho sério no quadro na legalidade, para garantir o direito do Senhor Vereador a assistir à reunião. Foi isso que conseguimos fazer. Não tivemos que mentir no dia a seguir, dizendo que uma Assembleia Municipal vetou a sua presença. Isto é que é vergonhoso. Estava a responder ao direito da defesa da honra do Sr. Vereador. Não estava a usar o tempo do P.S.D.. Se querem falar do Regimento, vamos falar do Regimento. O Sr. Vereador falou no direito da honra, respondi-lhe, é o que está no Regimento. Senhora Deputada, isto não funciona como no recreio dos miúdos. Isto tem regras e, portanto, estou a exercer o direito que tenho, enquanto membro da Assembleia,*

*de dizer à Mesa de que se fez contar o tempo, o fez mal, porque estava a responder ao direito que o Sr. Vereador tem de defesa da honra, e como sabem os Senhores Deputados, está no Regimento que eu tenho o direito de responder ao exercício da defesa da honra". Interveio de seguida o* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA****, que dizia: "Só para informar que o Presidente da Comissão de Trânsito, a única coisa que se preocupou foi realmente assegurar a transparência e a celeridade do processo. Quando o Senhor Vereador Artur Feio, quarenta e oito horas antes da realização da reunião, solicitou para estar presente, e sabendo que a Comissão é composta pelo menos por quinze membros, e sabendo, também, que todos nós temos o nosso horário de trabalho e, portanto, todas as situações são feitas após o horário de trabalho, pelo menos da minha parte, foi realmente importante que houvesse um trabalho de agilização e tentar fazer o máximo dentro do tempo disponível. Por essa razão, foram trocados talvez dezenas de e-mails entre mim e os membros da comissão, e queria, já agora, de alguma maneira, louvar os membros da minha comissão que realmente responderam sempre a tudo que lhes pedi, em tempo rápido, mas de facto, não foi possível enviar ao Sr. Vereador uma comunicação antes das vinte horas. Se a pretensão de estar na reunião tivesse sido feita com mais tempo de antecedência, com certeza que teria feito mais cedo. De qualquer das maneiras, ao ter enviado a comunicação ao Senhor Vereador, tive o cuidado de lhe telefonar, como tinha telefonado no dia anterior, simplesmente não foi possível a comunicação porque não foi atendida. De resto, a preocupação do Presidente da Comissão, foi assegurar a transparência do processo e que toda a Comissão fosse envolvida e que fosse comunicado ao Senhor Vereador os resultados da Comissão. Acrescento, só para acabar, que de facto, não houve nenhum veto à presença do Senhor Vereador, mas houve uma decisão fundamentada num voto da Comissão. Foi uma decisão da*

*Comissão de Urbanismo que foi a votação. Não foi veto. Vetar é uma escolha sem fundamento duma escolha maioritária. Não foi vetada, foi votada. E, portanto, a decisão foi essa e a decisão é para se respeitar". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *voltou a ler a parte deliberativa do voto de protesto ora apresentado. Usou depois da palavra o* ***SR. Deputado do P.S.****,* ***PEDRO AFONSO TELES****, para dizer que: "como é que podemos votar, a exigir que alguém adote um comportamento, a título pessoal, sobre determinada situação? Não faz sentido. Nós não podemos deliberar, exigir que alguém se retrate. Não faz sentido essa votação". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *disse que era evidente que se tinha verificado noutras as situações, que nem todos concordavam com os textos que apareciam nos votos. Mas era claro que votando, as pessoas depois fariam o que entendessem. A* ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO*** *propôs que a votação se fizesse separadamente e que se votassem isoladamente os quatro pontos. A palavra foi dada ao* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA****, para referir que: "pessoalmente queria declarar, antes de qualquer votação, que isto é, no mínimo, estranho, porque o que nós estamos aqui a votar é algo em que não temos nenhum dado concreto, que nos permita votar em consciência. Portanto, o que estamos aqui a votar é algo que não faz qualquer sentido. É a palavra de alguém, contra a palavra de alguém, que em consciência ninguém pode votar, porque nós não temos dados que nos permitam saber a verdade. Portanto, isto é um absurdo". O* ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *interveio para, num ponto de ordem à Mesa, salientar que: "Aquilo que se passou na Comissão, e aquilo que se passou antes da Comissão, está documentado em emails, quanto eu saiba, e o Partido Socialista possuía quatro membros dentro da Comissão. Querem que eu acredite que isto não foi comentado? Por amor de Deus". Passou depois a usar da*

*palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para, a propósito, referir que: "Vou ser muito rápido, que mais não seja para que os trabalhos desta Assembleia decorram de forma normal e com aquilo que é uma exigência que todos os bracarenses querem de nós, e dizer que nestes quatro pontos e naturalmente, a votação é decidida pela Mesa, mas gostava de referir que o último ponto tem um nome e, portanto, nos termos do Regimento e da Lei, esse quarto ponto a ser votado, tem que ser por voto secreto". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que não existia urna para proceder à votação. Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "o ponto de ordem que eu ia fazer, Senhora Presidente, é o seguinte: há um ponto na ordem de trabalhos que é o ponto nove, diz que a informação prestada pelas comissões permanentes, ou seja, as informações sobre o resultado, o andamento e o que aconteceu nas comissões, é neste ponto nove que deve ser feito. Quanto ao voto, eu sugeria, e isso agora já não tem nada a ver com o ponto de ordem, que o PSD tirasse esta votação, porque, de facto, está provado que a confusão é tal, que a Assembleia não anda nem para trás, nem para a frente. O ideal era tirar o ponto, porque assim não saímos daqui". Posto à votação o presente voto de protesto, foi o* ***ponto um – aprovado com trinta votos a favor****,* ***com vinte e quatro votos contra e com dezassete abstenções****;* ***ponto dois - aprovado com trinta e quatro votos a favor****,* ***com vinte e três votos contra e com doze abstenções****;* ***ponto três - aprovado com trinta e quatro votos a favor****,* ***com vinte e cinco votos contra e com quinze abstenções****. O* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *para salientar que se viu obrigado a fazer um ponto de ordem à Mesa a meio da votação "porque, de facto, a Assembleia não pode votar isto. Podemos dividir isto em votação, agora, dividir isto ainda torna a coisa mais complicada, porque só se podia votar isto, se houvesse uma deliberação da*

*Comissão e era assim que iria funcionar. A Comissão deve apresentar à Assembleia as conclusões da Comissão e, então, poderíamos eventualmente aprovar, ou não, o relatório da Comissão. Agora, o PSD não está mandatado nem pela Comissão, para fazer uma votação deste género. Não pode ser. Estamos a deturpar as coisas, e se é para o bom funcionamento das instituições democráticas, nunca nesta Assembleia aconteceu, que aquilo que se passa numa comissão, seja tratado desta forma. Não faz sentido". Usou da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *para salientar que: "acho que há aqui uma confusão completa dos conceitos e dos termos. O que está aqui em causa e eu repito para que todos os Senhores Deputados percebam, é a manifestação duma completa incompreensão pelo que se passou e que todos os grupos municipais sabem exatamente o que se passou, não estamos aqui a votar o relatório da Comissão, nem os trabalhos da Comissão. Estamos a falar de uma situação particular, muito facilmente identificável, de alguém que entendeu exercer uma faculdade que achava que era o seu direito. E depois houve a decorrência de todo esse exercício dessa faculdade, e chegamos aqui. O que aqui estamos a fazer, e eu estou a fazê-lo conscientemente e de forma desagradada, profundamente desagradada, não tenho gosto nenhum em fazer isto, em estar aqui a perder tempo com questões procedimentais e regimentais, mas eu senti-me ofendido e senti que a Assembleia Municipal foi ofendida por aquela conferência de imprensa. Senti que me chamaram, infelizmente, alguém que é, não só antidemocrático, como alguém telecomandado pela Câmara Municipal, que faz sempre o que a Câmara Municipal manda. Eu, enquanto membro da Comissão e enquanto membro da Assembleia Municipal, senti-me profundamente ofendido por essas declarações. E é disso que estamos a tratar e é sobre isso que estamos a votar. Não é sobre os trabalhos, não é sobre as votações na comissão. É sobre uma conferência de imprensa que teve*

*declarações ofensivas para todos. Não foi para mim, para todos". A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOSÉ PEDRO PIRES MACHADO****, para revelar que: "acho, em nome da dignidade desta Assembleia, das suas comissões, dos seus membros, o Senhor Deputado devia retirar isto. Levava-se à comissão na próxima reunião. Compromete-se a relatar com rigor tudo o que aconteceu. E, se acharmos que depois, é necessário avaliar isto e fazer alguma coisa aqui nesta Assembleia Municipal, sim Senhor. Faremos com serenidade, com base num relato da Comissão. Agora, isto que estamos aqui a fazer é, de facto, ferir de morte a dignidade desta Assembleia e dos seus membros". Usou novamente da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para dizer que: "eu volto a dizer, nós não estamos a falar dos trabalhos da Comissão. Estamos a falar de uma conferência de imprensa, que teve afirmações muito, muito contundentes sobre o trabalho da Comissão e sobre a atitude dos membros da Comissão. É sobre isso que estamos a falar, não é sobre mais nada, é em dignificar este órgão. Foi aquilo que foi feito nessa conferência de imprensa. Não é o que estamos a fazer hoje. Não tenho gosto nenhum em fazer isto. Não tenho gosto nenhum em estarmos às onze da noite, ainda a discutir este ponto. Mas tenho que ser sincero para com quem me elegeu. Quem me elegeu merece respeito. Estão a ver como se respeita a Assembleia Municipal? Como eu digo, quem me elegeu e quem nos elegeu, merece o respeito de ser esclarecido e ser esclarecido de forma muito clara, sobre se aquilo que foi dito naquela conferência de imprensa, é verdade ou mentira. E nenhum membro da Assembleia Municipal veio aqui dizer que não foi assim. A única pessoa que veio foi o Senhor Vereador". O* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOSÉ PEDRO PIRES MACHADO*** *voltou a usar da palavra para dizer: "Ora muito bem, pergunto se esta Assembleia quer passar, a partir de agora, a avaliar todas as conferências de imprensa de caráter político e avaliar, se é verdade*

*e mentira, se é política. Quer dizer, vamos entrar aqui num caminho que, de facto, não é para isso que as pessoas nos elegeram. Volto a dizer e apelar ao seu bom senso e ao seu sentido pelo bom funcionamento das instituições, repetir esta proposta, que façamos um relatório na Comissão e que a tragámos aqui". O* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA*** *salientou que: "o que estamos a votar é uma afirmação de um lado, contra afirmações do outro, sobre os quais nós, Deputados, pelo menos a maioria de nós, tirando os que representam a Comissão, não estão em condições de o fazer. Estamos a ser obrigados a votar algo que, em consciência, não estamos habilitados a fazer. Isto envergonha-nos. Isto é um absurdo, o que está aqui a acontecer hoje e abre um precedente que eu acho que é muito grave". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *voltou a informar que não existia urna, pelo que não poderiam votar. Registou-se novamente a intervenção do* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para revelar que: "para bem dos trabalhos desta Assembleia Municipal e porque considero que os três anteriores pontos foram suficientemente esclarecedores, quanto ao sentido e alcance... Se quiserem votamos. Eu estou a tentar chegar a uma solução, que possa fazer com que esta Assembleia Municipal ande para a frente. Como considero que os três primeiros pontos que estavam em causa neste voto, já foram aprovados e a deliberação da Assembleia Municipal foi suficientemente contundente, retiro este último ponto. Está bem assim?". O* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, usou da palavra para, numa* ***Declaração de Voto****, dizer que: "acho que este órgão e acho que a cidade de Braga e os bracarenses não mereciam o que hoje se passou aqui. Pela primeira vez assistimos a um julgamento em público mais próprio do período medieval. E isso não dignifica ninguém. E quase que só faltou queimar o Vereador Artur Feio numa fogueira, como se fazia no século treze,*

*catorze e quinze. E portanto, vir aqui julgar o mérito ou a opinião, porque os crimes de opinião e os delitos de opinião acabaram. E, portanto, vir aqui julgar alguém por ter emitido opinião, levou naturalmente o Partido Socialista a votar contra e é esta a razão que aqui nos traz. E este município, que foi finalista da candidatura à Capital Europeia da Democracia, tem que passar das palavras e dos gestos aos atos. Ainda hoje vimos aqui um grupo de cidadãos bracarenses apelar à tolerância e é isso que temos que fazer. E o Partido Socialista votou contra naquilo que também pode ser, de forma indireta, um apelo à tolerância. E porquê? É que o artigo quinquagésimo quinto, no seu ponto um do Regimento, é dúbio e a Comissão sabe disso. A Comissão que está a tratar da revisão do Regimento sabe que este ponto é dúbio. E naquilo que tem sido o trabalho das comissões, em caso de dúvida, e por uma questão de bom senso, fazemos aquilo que se faz em democracia mais aberta e que é costume, que é usual, é deixar falar as pessoas, ouvi-las. Portanto, acho que se extremaram aqui algumas posições e seria muito bom, e o Partido Socialista votou contra, naturalmente, porque também quer vir aqui dizer que isto não ajuda nada, não ajuda a imagem da política e dos políticos e portanto, não venho aqui como uma virgem, vir aqui clamar, porque sou como qualquer um, mas temos que perceber que isto não nos dignifica e a ninguém. E, portanto, julgar a opinião das pessoas, julgar aquilo que é a vontade, é algo que nos deve fazer refletir e isso votámos contra. Não é nada contra a opinião de qualquer outro partido. Não é nada contra a opinião daquilo que pensam. O que peço aqui, e que o partido pede, e até seguindo o exemplo de alguns cidadãos que aqui estiveram, é realmente a tolerância e o bom senso e não fazer de um caso que naturalmente não tem importância para aquilo que são as apostas e as decisões e os desafios deste município, que efetivamente isto tivesse levado muito tempo. Sim Senhora Presidente, com a tolerância que Vossa Excelência às vezes dá, como assistimos*

*aqui a pessoas que vieram aqui fazer interpelações repetitivas, eu terminarei porque sou o guardião também do bom funcionamento da Assembleia Municipal".* *O* ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA****, interveio para, noutra* ***Declaração de Voto****, referir que: "começo por dizer que não me senti ofendido, não me senti desrespeitado e penso que se pertencesse a essa comissão e se fosse até Presidente dessa comissão, iria propor que deveríamos receber no bom tom democrático que deve ser. Se temos um Vereador empenhado, interessado em debater um assunto que é de interesse, que se deveria logo desde o início, dar anuência à sua participação, e se houvesse anuência à sua participação, toda esta vergonha não se teria verificado, porque foi uma vergonha o que se passou aqui. Sinto-me triste por tudo o que se passou aqui, por aquilo que até numa freguesia que, se calhar, nunca teve tanta gente numa Assembleia veio aqui assistir a isto, é de nos envergonhar a todos. Espero que isto não se repita e que o regulamento ao ser agora trabalhado, façam estas correções". Usou da palavra a* ***Srª. Deputada do P.S., CATARINA LOURENÇO RIBEIRO****, para em mais uma* ***Declaração Política****, revelar que: "só para fazer uma declaração de voto sobre a minha posição relativa ao segundo ponto, distinta da minha bancada, dizer ao Senhor Deputado João Marques, reforçar lisuras processuais em votos de protesto, parece-me algo incongruente e, por isso, e abstive-me por não perceber se estávamos em protesto ou se estávamos a reforçar a lisura e o que é que críamos sobre aquela argumentação". Passou-se depois à apresentação de um* ***Voto de Saudação****, pelo* ***Sr. Deputado do P.S., PEDRO AFONSO TELES****, que dizia: "No passado dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e três comemorou-se o centenário da maior organização de jovens do país - o CORPO NACIONAL DE ESCUTAS. Fundado na nossa Augusta cidade em vinte e sete de maio de mil novecentos e vinte e três, pela*

*mão do então Arcebispo de Braga Dom Manuel Vieira de Matos, desde logo teve a adesão de grande parte da juventude bracarense e portuguesa que se reviu no método criado pelo General Britânico Baden Powell para o desenvolvimento de uma juventude saudável, de corpo e de mente, em busca da realização pessoal de cada um, no respeito pelo próximo, pelas suas diferenças, em comunhão com o ambiente e a natureza, num clima de fraternidade e solidariedade. Valores esses que ainda hoje estão bem patentes na forma organizada, disciplinada e alegre com que compôs, o CNE, o seu centenário pelas ruas da nossa cidade, onde cerca de vinte e três mil jovens acorreram a Braga para aqui celebrarem o centenário do CNE. Por ocasião do seu centenário o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão ordinária de dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, um voto de saudação ao Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português pelo seu centenário, bem como à Junta Regional e de Núcleo de Braga desta mesma instituição pela forma brilhante como decorreu a comemoração do seu centenário na nossa cidade". Posto à votação, foi o presente voto de saudação* ***aprovado por unanimidade****. Seguiu-se a apresentação de um* ***Voto de Pesar****, apresentado pela* ***Srª. Deputada do C.D.S.-P.P.****,* ***MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO****, que referia: José Fernando Lima foi um grande médico analista e uma figura marcante da nossa cidade, que muito a honrou e prestigiou. Esteve na fundação do CDS, sendo um dos militantes mais antigos da Concelhia de Braga, integrando várias listas a nível concelhio e distrital. Sempre lutou em prol da democracia e do CDS, numa altura em que essa luta era assaz difícil, contribuindo para o reforço da sua implantação a nível local, dando um exemplo de dedicação total à causa pública de forma sempre altruísta. Como referiu, numa das suas últimas entrevistas, "Tentei dedicar a minha vida profissional aos meus doentes. Só desta forma posso continuar a dar o melhor à*

*medicina e a quem confia em nós." Foi, sem sombra de dúvidas, um homem de ação que dedicou a sua vida a lutar pelos seus doentes e por aqueles que necessitavam da sua ajuda. Um humanista que perfilhava os ideais da democracia cristã, nas várias dimensões da sua vida. Filho do fundador do Laboratório Hilário de Lima, uma referência clínica na zona do Minho e a nível nacional, José Fernando Lima deixou um importante legado na área da Patologia Clínica. Trabalhou com o seu pai no Laboratório e, suportado numa grande equipa, sempre manifestou vontade de vencer, facto que lhe permitiu consolidar a sua experiência e criar um serviço focado nos doentes, na qualidade e na importância do contacto humano, graças à sua visão empreendedora, determinação e humanismo. José Fernando Lima era um homem apaixonado pela vida, pela família, pelos seus doentes e pela cidade de Braga, que procurou servir com dedicação e empenho, a nível político e profissional. Quem o conheceu, terá sempre presente a imagem de alguém que se comprometeu com a vida comunitária e social. Foi um homem de enorme sensibilidade social, bom senso, elevado conhecimento técnico e de uma capacidade intelectual exímia, para além de um defensor e potenciador de causas nobres. O seu bom humor, brio profissional e otimismo contagiante, são uma marca fundamental do seu carácter, que permanecerá indelével na nossa memória coletiva. Em forma de singela homenagem, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, aprove um voto de pesar, do qual deverá ser dado conhecimento à sua Família, seguido de um minuto de silêncio em honra da memória de José Fernando Lima". Posto à votação, foi o presente voto de pesar* ***aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silêncio****. O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *interveio para dizer que: "a nossa bancada foi informada de que não tinha tempo. E venho aqui reafirmar o que já disse, quando respondi ao Senhor*

*Vereador. O que estava a fazer era responder ao exercício do dever da defesa da honra do Senhor Vereador. E volto a dizer que, tal como está previsto no Regimento, no artigo trigésimo terceiro, número dois "o autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos". Ora, julgo que pelo menos estes três minutos têm que ser creditados ao Partido Social Democrata e apelo a todas as bancadas sobre a visão que têm deste artigo e o que é que pensam". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que se atribuiriam os três minutos ao Grupo Municipal do PSD. O Sr.* ***Deputado do P.S.D.****,* ***AUGUSTO ALEXANDRE DA CUNHA DIAS*** *interveio para proceder à apresentação de um* ***Voto de Congratulação****, que referia: "Ricardo Rio foi esta semana eleito como presidente do Comité Executivo do GPM (Global Parliament of Mayors). O GPM é uma rede que reúne mais de sessenta autarcas da Europa, América, Ásia e África, organiza e amplifica a voz e a influência dos autarcas em todo o mundo e fortalece a relação com governos nacionais, redes, instituições multinacionais, grupos da sociedade civil e empresas. O GPM como instituição representa um avanço democrático assinalável, já que une presidentes de Câmara num projeto comum de troca de experiências e modelos de liderança em assuntos de caráter global. Propicia ainda a possibilidade de gizar uma estratégia global na procura de soluções para os problemas que afetam as cidades, encontrando soluções e promovendo parcerias de intervenção em temas globais como a cultura, o desenvolvimento económico, o ambiente, a digitalização a mobilidade e as questões sociais, entre outras. Esta eleição coloca a cidade de Braga e os seus habitantes num elevado patamar de reconhecimento a nível mundial, na continuidade de várias outras representações e cargos de eleição que o nosso Presidente da Câmara Ricardo Rio ocupa. Ricardo Rio é membro do GPM desde dois mil e dezoito e foi nomeado Tesoureiro e membro do Comité Executivo em dois*

*mil e dezanove. Membro do Steering Committee dos Champion Mayors para o crescimento inclusivo da OCDE, foi um dos representantes portugueses no Congresso das Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa e é membro da delegação portuguesa do Comité Europeu das Regiões. Em dois mil e vinte e um, foi eleito como World Mayor para a Sustentabilidade pela City Mayors Foundation. Este é um acontecimento excecional que não acontece em muito municípios e pelo qual estamos bastante contestes. Dizia-se esta semana no Twitter por um ex presidente de Câmara que as autarquias e os órgãos internacionais são palcos globais em que a articulação com o poder central e integrados nas plataformas internacionais promovem o desenvolvimento e o progresso das sociedades. Este ex autarca chamava se António Costa e é hoje o nosso Primeiro-Ministro. Luís Montenegro declarou que é com autarcas de referência, como Ricardo Rio, que o poder local se enaltece e demonstra o seu papel fundamental no desenvolvimento de Portugal. Face a isto, Braga continua assim a assumir uma estratégia de presença e visibilidade ao mais alto nível, através do nosso presidente da Câmara, e por essa razão esta Assembleia o congratula pela sua dinâmica, capacidade de intervenção e reconhecimento internacional. Propõe, por isso, a Ricardo Rio, por esta eleição". Posto à votação, foi o presente voto de congratulação* ***aprovado com oito abstenções****. Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, que referia: "O Partido Socialista votou favoravelmente este voto, felicitando naturalmente o Senhor Presidente da Câmara pela sua eleição para este cargo que, como aqui também foi explicado pelo Alexandre, tem uma grande responsabilidade. E o Partido Socialista o que espera é que efetivamente este cargo reforce e estimule o trabalho do Senhor Presidente da Câmara, relativamente àquele que é o desenvolvimento que Braga espera, mas que, infelizmente, por vezes, tarda. E por*

*isso, Senhor Presidente, para além da felicitação, esperamos sinceramente que este novo cargo que ocupa o estimule para continuar realmente a desenvolver Braga. É isso que nós esperamos de si e é o que espera este cargo para que foi eleito". A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ALEXANDRE SÉRGIO MANO****, para apresentar uma* ***Recomendação*** *do seguinte teor: "É do conhecimento público que as condições em que decorreu a décima primeira Marcha pelos Direitos das Pessoas LGBTQIAP mais, que teve lugar no passado dia três de junho, foram perturbadas pelo facto de a PSP não ter assegurado a segurança dos manifestantes, o que obrigou a que a marcha fosse feita pelo passeio. A Câmara Municipal de Braga já assumiu o lapso na comunicação da iniciativa à PSP. Numa altura em que é necessário dar um forte sinal contra a homofobia e outros sentimentos segregacionistas que não devem ter lugar no espaço democrático, o Bloco de Esquerda pensa que esta assunção de responsabilidades deve ser acompanhada de outros gestos do executivo camarário que não deixem dúvidas de que Braga é uma cidade sem ameias, aberta a todas e a todos, sem racismo, sem homofobia, sem misoginia. Assim, propomos a esta Assembleia que recomende à Câmara Municipal que, num gesto de solidariedade, e repúdio contra todas as formas de preconceito, hasteie a bandeira LGBT numa cerimónia pública, em dia e hora a combinar com os movimentos representativos das pessoas LGBTQIAP mais". Posta à votação, foi a presente recomendação* ***aprovada com dezasseis votos a favor****,* ***com treze votos contra e com vinte e quatro abstenções****. O* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO****, apresentou uma* ***Declaração de Voto****, referindo que: "O Partido Socialista votou a favor desta recomendação, por uma razão muito simples, pela tolerância, pela tolerância que todos e em tantas circunstâncias, apelamos. O Partido Socialista votou a favor da mesma forma que votou há um ano, quando um tema muito semelhante a este trouxe tanta discussão*

*à Assembleia municipal e estávamos a falar apenas da deliberação de hastear a bandeira do orgulho nos Paços do Concelho. O Partido Socialista votou a favor, porque muitos dos seus dirigentes também marcharam, como têm marchado nesta marcha. O Partido Socialista votou a favor, porque não pode aceitar que possa ser posta em causa a segurança de quem se manifesta. Braga sempre foi uma cidade de fulgor democrático, de fulgor reivindicativo, num contexto em que, independentemente de concordarmos ou não com as causas, tanta gente se manifesta diariamente, tantas marchas sindicalistas, tantas marchas contra medidas governativas, contra medidas do município. Todas essas pessoas, independentemente de concordarmos ou não com as suas reivindicações, têm legitimidade para o fazer e essa legitimidade democrática dá-lhes também a liberdade e a obrigação de terem segurança, segurança pública naquilo que são os seus atos de manifestação. E a manifestação de orgulho ou de respeito ou de emancipação de direitos LGBTQIA mais, é um desiderato municipal, é um desiderato de todos. E hoje, um ano volvido sobre a última discussão que fez com que tantos impropérios se ouvissem nesta Assembleia Municipal, por causa de uma bandeira em que tantas vezes, nessa Assembleia Municipal, há quase um ano se falou de tolerância e que a tolerância não necessitava de uma bandeira, hoje, voltam a votar contra, quem se manifestou contra há um ano, e o que é certo é que no seguimento desta marcha, Braga piorou naquilo que é o seu respeito e a sua reprovação contra a homofobia". O* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA*** *usou da palavra para apresentar também uma* ***Declaração de Voto****, que revelava: "Mas porquê hastear a bandeira tem tanta importância? Simples. É uma demonstração de posicionamento institucional, com efeitos práticos que é comum a todo o município e arredores. Quando uma autarquia adota esta medida, envia um sinal claro para a sociedade que aqui a*

*discriminação não será tolerada. Aqui todos têm um espaço seguro, liberdade de amar e os direitos humanos serão garantidos. Escrevi isto há um ano, quando fiz a apresentação da recomendação do PAN, relativamente ao hastear da bandeira e, hoje em dia, tenho a certeza que mais tarde do que mais cedo esta bandeira será hasteada". Seguiu-se a apresentação de outra* ***Declaração de Voto****, pelo* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, que dizia: "costumam dizer que a Divina Comédia tem lá uma parte que diz que o lugar mais quente do inferno está reservado para aqueles que, em situações de crise, se mantêm neutros. E acabei de me manter neutro. Mas nem a Divina Comédia diz isso, nem a minha neutralidade deve ser confundida com indiferença. O Partido Social Democrata deu liberdade de voto aos seus membros. Eu abstive-me e, enquanto pai, enquanto advogado, enquanto político, solidarizo-me e sou o primeiro a reconhecer que é preciso dar passos muito mais estruturados e mais profundos de terminar todos os modos de discriminação e que é preciso também em Braga, fazer esse esforço e, eventualmente, também do ponto de vista institucional. O que não tenho para mim é que este seja o gesto, porventura, mais adequado ou menos adequado, não tenho uma posição firmada sobre isso. Acredito no simbolismo dos gestos e na força destes gestos e na força desse simbolismo, mas sei também que a Câmara Municipal, já há um ano, declarou a sua vontade, mantém essa sua vontade, que foi expressa recentemente e da minha parte, muito mais do que esses gestos que são, renovo, importantes, relevantes e ainda mais reconhecidos por quem sofre as discriminações, julgo que é fundamental apostarmos na ação, na ação concreta, consistente e atuante por parte das instituições públicas e dos poderes públicos que, não descurando essas dimensões simbólicas, se centre naquilo que é fundamental, respeitar direitos humanos, respeitar o direito de todos a poderem ser felizes, e é com base nisto que mantenho,*

*não só o espírito da votação que aqui tive, mas, sobretudo, a minha intervenção cívica e ativa na sociedade". Outra* ***Declaração de Voto*** *foi presente, agora pelo* ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES****, que referia o seguinte: "votei da mesma forma que votei há um ano, e em liberdade, naturalmente, votei contra o hastear da bandeira na Praça do Município.* ***N****ão porque tenha qualquer tipo de ostentação ou algum tipo de estigma contra qualquer tipo de orientação que livremente qualquer cidadão pode exercer, sou contra qualquer tipo de discriminação, seja ela política, seja ela racial, seja ela de etnia de género ou de outra forma qualquer. Contudo, não sou capaz de confundir direitos com privilégios. E, portanto, o que estamos aqui a tentar e que foi, no fundo, a proposta que o Bloco de Esquerda aqui apresentou, invocando, inclusive, factos que nada têm a ver com isto, porque a circunstância da marcha que aconteceu teve a ver, sobretudo, com algumas disfunções provocadas pelas obras que estão a decorrer, nomeadamente na Avenida Liberdade e por alguma falta de informação entre as entidades que deviam assegurar a segurança dos manifestantes que, como sabem, é um direito constitucional, nada disso tem a ver com a proposta que foi aqui apresentada. O CDS-PP, eu, em concreto, somos indiscutivelmente a favor de qualquer liberdade, garantia de qualquer cidadão. Não está minimamente isso em causa. Agora, estará em causa quando quisermos invocar isso e invocar com isso privilégios especiais. Porque no mastro da bandeira, a partir de hoje, da Câmara Municipal, para além da bandeira do Município, da bandeira de Portugal, poderemos hastear qualquer bandeira de qualquer comunidade, seja ela qual for e não é esse o espírito que eu julgava que aquele lugar deveria ter. Portanto, não está aqui minimamente em causa qualquer ataque, qualquer circunstância de pôr em causa os direitos, liberdades e garantias de qualquer comunidade, seja ela LGBTQIA mais ou outra qualquer. Está em causa, não confundir direitos com*

*privilégios. E aquilo que entendo que aqui foi votado, foi um privilégio que não poderia votar favoravelmente e, por causa disso, pessoalmente, votei contra esta recomendação". O* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *usou da palavra para apresentar outra* ***Declaração de Voto****, salientando que: "só vim aqui justificar o voto de abstenção da Iniciativa Liberal, que foi consentâneo com o que já fez o ano transato, ou seja, abstivemo-nos. A Iniciativa Liberal é a favor da luta pelos direitos individuais. Saúda tudo o que foi feito até então nessa luta e apoia a luta da comunidade LGBTQIA mais. Acontece que não nos revemos no hastear da bandeira. Achamos que não deve cada um colocar ou dividir-se em caixinhas. Portanto, entendemos que a abstenção será o voto mais equilibrado nesta recomendação". A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA*** *para, inicialmente deixar uma nota pessoal de agradecimento a todos aqueles que, de forma individual ou coletiva, direta ou indiretamente, o felicitaram pelo nascimento do seu segundo filho. Encaminhou todos esses parabéns para a sua esposa. Revelou, depois, que o levava ali, hoje, era a apresentação de uma* ***Recomendação*** *a uma candidatura ao programa da União Europeia NET Zero Cities, do seguinte teor: "As alterações climáticas não esperam. Elas estão aí, e os seus impactos podem ser sentidos diariamente na Europa e no Mundo. As cheias que ocorreram no mês passado em Itália, que devastaram regiões inteiras. A seca galopante na Península Ibérica, como demonstrado pelo ScienceHub da Europa, com graves efeitos na baixa humidade do solo e fluxos dos rios, afetando plantas e colheitas durante a sua estação de crescimento crucial. Os incêndios descontrolados no Canadá, para onde Portugal enviou cento e quarenta operacionais para a ajuda ao combate às chamas e para os quais o PAN Braga envia as maiores saudações. Tudo isto são demonstrações claras que o clima não abranda nas suas mudanças e temos de*

*mitigar, o mais rapidamente possível, os efeitos nefastos das intempéries que nos irão assolar nos próximos anos. E é por isso que sugerimos esta candidatura. Temos de combater, um pouco mais a cada dia, cada uma das variáveis das mudanças climáticas. E é esse um dos objetivos da NZC, pois apoia as cidades europeias a reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa por meio de ações concretas, tendo em vista a "neutralidade climática". Além disso, as cidades selecionadas irão ter acesso a guias de boas práticas, aconselhamento personalizado por parte deste organismo europeu, estabelecer parcerias com outras cidades europeias e respetivo networking, crescimento na visibilidade internacional sobre o tema e consequente aumento da influência empresarial e económica. Para além disso, vão aceder a recursos financeiros para promover a execução de projetos que tenham na sua génese a redução de emissões e não se enganem Senhoras e Senhores Deputados, este é um dos maiores desafios que a nossa sociedade enfrenta hoje, senão mesmo a maior ameaça à existência da humanidade como a conhecemos e ninguém sairá intocável deste fenómeno, pelo que todas as medidas que possamos aprovar para mitigar os seus efeitos devem ser bem vindas. Assim, e porque queremos uma cidade absolutamente comprometida com as metas e desafios ambientais que iremos enfrentar, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere, na sua Sessão Ordinária de junho, recomendar ao executivo da Câmara Municipal que promova a Candidatura ao Programa Net Zero Cities, Programa este do qual já fazem parte Porto, Lisboa e Guimarães, bem como outras cento e nove cidades europeias, demonstrando assim que como cidade estamos comprometidos com o Pacto Ecológico Europeu e com os objetivos da neutralidade carbónica". Usou da palava, a este propósito, o* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para dizer que a Câmara já procedeu àquela candidatura e aquilo*

*prejudicava um bocadinho a votação da recomendação. Não era por mais nada, era só mesmo isso. Posta à votação, foi a presente recomendação* ***aprovada com dezassete abstenções****. Seguiu-se a apresentação de uma* ***Recomendação*** *pelo* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, que dizia: " Mil cento e trinta euros é o preço médio para arrendar um T dois em Braga, segundo uma das plataformas mais usadas para arrendar casa. Mil cento e trinta euros. Se aplicarmos a taxa de esforço máxima recomendada, de um terço dos rendimentos totais, uma família com dois adultos precisa de ganhar mais de três mil e quatrocentos euros por mês para poder pagar um T dois em Braga. Arrendar casa em Braga é um luxo. Comprar ainda mais. O desfasamento entre os preços da habitação e os rendimentos das pessoas é o mercado a funcionar. Esta é a realidade que a direita nos trouxe com o fanatismo liberal da desregulação do mercado da habitação: preços que a maioria de nós não pode pagar. O executivo da Câmara já não consegue assobiar para o lado no meio do desespero de tanta gente que não consegue aceder a uma casa. Depois de dez anos de mandatos e sem nada que se visse, anunciou agora, à boleia do PRR, o mínimo dos mínimos com a sua Estratégia Local de Habitação. Mas em vez de aprender com os erros das últimas décadas, persiste nos erros. Ao invés de aplicar políticas de inclusão social e territorial para criar uma cidade e um concelho mais coesos, insiste em investir sobretudo em locais segregadores. Sobram ainda todas aquelas pessoas que não estão abrangidas pelos critérios da Estratégia Local de Habitação, e que não conseguem arrendar casa. O Executivo anuncia cinquenta imóveis a rendas acessíveis. Mas num concelho com quase duzentos mil habitantes, é uma gota no oceano, uma gota para dar a ideia de que se está a fazer algo. Perguntamos o que de relevante fez o Executivo nos últimos dez anos para expandir a oferta de habitação pública a rendas acessíveis? Tem exercido o Executivo o seu direito de*

*preferência de compra? Quantos imóveis adquiriu ao abrigo desse direito? Importa esclarecer. Além disso, o que está a fazer o Executivo para mobilizar para habitação as casas devolutas no concelho? Segundo dados do INE de dois mil e vinte e um, há perto quatro mil casas em Braga que, não sendo residência habitual, também não são residência secundária ou de uso sazonal, nem estão colocados no mercado para venda ou arrendamento. Em muitas destas casas podia morar gente. Só no centro da cidade, em São Victor, São Vicente, São Lázaro e Maximinos há mais de duas mil casas devolutas. Se há um problema de oferta, como diz a direita, mais rápido e menos oneroso do que construir mais edifícios, e até pelo clima, é mais eficaz mobilizar para habitação a rendas acessíveis os milhares de imóveis sem gente que já existem em Braga, nomeadamente em zonas de elevada pressão urbanística. A este respeito a lei possibilita aos municípios o agravamento significativo do IMI para os imóveis devolutos localizados também em «zonas de pressão urbanística». A delimitação destas zonas deve ser feita pela Câmara para serem criados indicadores sobre os preços das casas, rendimentos das famílias e carências habitacionais. Desta forma, poder-se-á proceder ao agravamento significativo do IMI e incentivar o uso de imóveis para fins habitacionais com rendas acessíveis. Como se vê, o mercado liberalizado não resolve. Precisamos de políticas públicas para cumprir o direito à habitação. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida em sessão ordinária de dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, delibera recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Braga que: Expanda significativamente a oferta de habitação pública para arrendamento a preços acessíveis, dando prioridade à reabilitação do edificado; Aplique políticas de inclusão social e territorial no âmbito da Estratégia Local de Habitação; Incentive a mobilização de imóveis para a habitação através do agravamento das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de prédios devolutos; Delimite, até*

*ao final do ano, «zonas de pressão urbanística», com fundamento na falta ou desadequação da oferta habitacional, com vista à aplicação do agravamento das taxas de IMI consagrado pelo decreto-lei número sessenta e sete barra dois mil e dezanove, de vinte e um de maio, usando as receitas deste agravamento para melhorar o acesso à habitação; Informe anualmente a Assembleia Municipal sobre o número de imóveis devolutos em cada freguesia do concelho, recorrendo à lista de contratos de fornecimento ou de consumos baixos enviada, obrigatoriamente, pelas empresas de telecomunicações, gás, eletricidade e água ao Município; Informe, no prazo de dois meses, a Assembleia Municipal sobre o número de imóveis adquiridos pelo Município, desde dois mil e treze, ao abrigo do direito legal de preferência de compra". Posta à votação, foi a referida recomendação* ***rejeitada com vinte e nove votos contra****,* ***com vinte e quatro votos a favor e com quatro abstenções****. O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, referindo que: "o objetivo é obviamente nobre, mas acho que o Bloco de Esquerda tem andado distraído. Se não percebeu que esta é uma das câmaras municipais mais dinâmicas, do ponto de vista da aposta no mercado da habitação e na disponibilização de mercado de habitação a preços acessíveis, então seguramente não está muito atento. Quer dizer, um pelouro e uma Câmara Municipal que está em plena revisão do PDM para alargar a área de construção de habitações. Um Executivo Municipal que procedeu a reabilitações de bairros históricos que o Partido Socialista deixou em condições indignas, mas ainda bem que se está a rir. Felizmente, que ao longo destes últimos anos, pudemos reabilitar muitas dessas habitações sociais e continuamos essa aposta, como qualquer membro desta Assembleia Municipal sabe e, sobretudo, aqueles que já estiveram em várias reuniões com a administração da Bragahabit, que é um processo em contínuo. Um município que tem uma estratégia*

*local de habitação em que vai investir cento e vinte e três milhões de euros na aquisição e na requalificação de espaços de habitação. Um município que alargou as áreas do ARU para dar benefícios fiscais, justamente para baixar os preços da construção e da requalificação. Um município que ainda esta semana foi noticiado por ter feito uma oferta pública de aquisição para adquirir mais habitação, para destiná-la ao mercado do arrendamento a preços controlados. Peço imensa desculpa, mas esta recomendação não passaria, porque daria um sinal completamente contrário face à realidade atual". O* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, apresentou uma* ***Declaração de Voto****, que dizia: "a Iniciativa Liberal votou contra esta recomendação, porque o mercado não funciona, porque não o deixam funcionar. Este problema, só tem uma solução, é haver mais oferta de habitação, tem de haver mais oferta de habitação, tem de haver mais disponibilidade de espaços para construir, tem de haver mais celeridade nos licenciamentos, tem de haver mais desagravamento fiscal. É isto que é preciso. É assim que se combate a diminuição da oferta". Interveio de seguida o* ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES****, para proceder à apresentação de uma* ***Moção****, com o seguinte conteúdo: "O Município de Braga foi surpreendido com a deslocação do helicóptero ligeiro de combate a incêndios sediado em Palmeira, para o Centro de Meios Aéreos de Famalicão. Trata-se de uma decisão que o CDS considera inconsequente e totalmente irrefletida. «É inconcebível que na véspera da entrada em funções do Dispositivo Municipal de Vigilância e de primeira Intervenção, se decida, à margem do que tinha sido inicialmente planeado, deslocar um meio aéreo de combate a incêndios do concelho de Braga para Famalicão. Este ato reflete a imaturidade das estruturas que estão sob tutela do Ministério da Administração Interna». Parece ser uma decisão de «irresponsabilidade*

*deliberada». Qualquer pessoa com bom senso acha esta mudança repentina de planos muito estranha. O Município de Braga investiu na garantia de todas as condições para o bom funcionamento do Centro de Comandos Aéreos (CMA) no sentido de ficar pronto a operar antes do início do dispositivo, como é habitual. Tudo estava desenhado para cumprir os planos delineados. Vindo do nada, o Município de Braga toma conhecimento desta estranha alteração de planos por via dos meios de comunicação. Mais grave ainda é esta decisão ter sido tomada na véspera da entrada em funcionamento do dispositivo local de prevenção e combate a incêndios que estava a contar com aquele meio aéreo. Trata-se de uma decisão completamente contrária ao que tinha sido inicialmente anunciado, sem qualquer conhecimento prévio aos responsáveis locais nem qualquer explicação para a alteração de planos. Esta série de acontecimentos à 'revelia' da estrutura que ia acolher o meio aéreo só demonstra insensatez, incoerência e desnorte. O Município de Braga teve conhecimento oficial desta alteração de planos a menos de doze horas do início da operação. Apesar da propaganda socialista, este facto é revelador que muita coisa continua mal neste país. Após uma decisão atabalhoada e sem fundamento, o espanto é ainda maior com a justificação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Diz a ANEPC que Braga não terá o helicóptero ligeiro para combater incêndios porque a atividade de paraquedismo 'compromete o tempo de resposta' do ataque inicial. Alguma coisa nos está a escapar. Então só agora é que surge esta justificação iluminada? Todos estes anos o helicóptero tem 'morado' no CMA de Braga. Só agora, aquando da ativação do dispositivo, é que o paraquedismo se verificou um problema? Esta desculpa da ANEPC com base no paraquedismo é um devaneio de quem não conhece o território. Como é bem-sabido, 'sempre que há alerta vermelho ou laranja não se regista paraquedismo no aeródromo da cidade'. Esta sucessão de*

*decisões e fundamentações mal sustentadas nos faz temer pela segurança do território. Em dois mil e dezassete Braga foi fustigada por um incêndio de grandes dimensões que não teve consequências mais nefastas graças à perseverança das equipas de Bombeiros e da população que se manteve firme no apoio ao combate às chamas. Nesse ano, em nenhum momento de articulação entre o Município de Braga e a ANEPC surgiu esta questão como um possível impedimento. E não surgiu porque não é assunto. É apenas uma tentativa básica e falaciosa de justificar o injustificável. Assuma-se que esta foi uma decisão totalmente irresponsável e que pode, designadamente, dificultar o combate a incêndios no Parque Nacional da Peneda-Gerês. A localização central do Aeródromo de Braga na região foi sempre estratégica e permitiu, até à data, a permanência do helicóptero ligeiro de combate a incêndios. Não se compreende que, de repente, já não serve e a culpa é do paraquedismo!! Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em dezasseis de junho, aprove uma Moção que recomenda ao Ministério da Administração Interna a reposição da localização do helicóptero ligeiro de combate a incêndios no Centro de Meios Aéreos de Braga". Posta à votação, foi a presente moção* ***aprovada com duas abstenções****. Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, que dizia: "compreendemos o bairrismo e também temos a nossa dose de bairrismo. Agora, se é uma questão técnica, é uma questão técnica e o que esta Assembleia podia pedir é que, de facto, fosse justificada a questão técnica, porque é evidente que para subir ou baixar helicópteros não pode haver nem paraquedistas, nem drones, nem coisa do género. Essa afirmação do não há, parece-me que é uma afirmação que não tem conteúdo, porque os incêndios, que eu saiba, não avisam. Ninguém vai avisar, vou deitar fogo ali, parem com o lançamento de paraquedistas. Os incêndios acontecem pelas mais diversas razões.*

*Agora, até por uma questão de responsabilidade, a Assembleia podia, eventualmente fazer uma recomendação ou uma moção para que fossem dadas justificações claras, porque, na dúvida, é evidente que o que resta é a abstenção, porque com questões técnicas, principalmente desta dimensão, temos que pôr de parte o bairrismo". Seguiu-se a intervenção da* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA****, para, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Junta e agradecer-lhe o facto de os receber e dizer-lhe que na realidade, Celeirós merecia uma Assembleia Municipal. Por isso estiveram de acordo, logo desde a primeira hora, que as Assembleias Municipais fossem descentralizadas. Mas na realidade deveria ser uma Assembleia mais digna, uma Assembleia mais tolerante e uma Assembleia com mais respeito. Passou depois a apresentar uma* ***Declaração de Voto****, destacando que: "o Partido Socialista votou favoravelmente esta recomendação. O que está acima de tudo, é sempre a segurança dos bracarenses. Essa é que está sempre acima. No entanto, e queria desde já informar, que no dia em que isso aconteceu, os Deputados do Partido Socialista, eu e o meu colega Diogo Cunha, fizemos uma pergunta por escrito ao Senhor Ministro da Administração Interna, que nos desse as razões técnicas da retirada do helicóptero. Fui Vereadora da Proteção Civil em Braga. Conheço a questão da proteção civil e a questão da colocação do helicóptero em Palmeira. Conheço o funcionamento e, por isso mesmo, também solicitámos de imediato esse esclarecimento e, como disse o colega do Bloco de Esquerda, e muito bem esse, isso a acontecer, não aconteceu de certeza de uma forma leviana, até porque se trata de dois Presidentes de Câmara do mesmo partido, nomeadamente de Famalicão e Braga, tenho a certeza que também possivelmente conversaram sobre este assunto, e de certeza absoluta que existirão razões técnicas que nos irão ser apresentadas por escrito. Aguardamos essas razões. Também julgo que com a apresentação desta*

*recomendação, não pode vir agora o CDS, vangloriar-se pelo sucesso ou insucesso dos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, em que todos os bombeiros estiveram presentes. Quanto ao helicóptero, não se elogiou a postura a nível nacional da proteção civil, aquando foi dos outros incêndios, mas agora se acontecer alguma coisa na realidade a culpa do que aconteceu, foi de ter retirado o helicóptero. Não. Volto a reafirmar, o Partido Socialista está aqui para defender os bracarenses e a segurança dos bracarenses, em primeiro lugar. Estamos a aguardar precisamente a resposta, Sr. Ministro da Administração Interna". A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para, inicialmente, informar que os próximos dois minutos iriam ser dedicados à saúde dos Bracarenses, passando depois a apresentar uma* ***Recomendação*** *do seguinte teor: "O artigo sexagésimo quarto da Constituição consagra o direito à saúde a todos os cidadãos, sendo que a sua concretização exige a todos os decisores políticos uma atuação que garanta a equidade e atenue os efeitos das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, chamando todos para defender e promover esta prestação, o que deve abranger naturalmente as autarquias. Considerando que: Não será novidade nenhuma afirmar-se que o SNS não está a conseguir assegurar plenamente o mais elementar direito a cuidados de saúde; O Concelho de Braga, à semelhança da generalidade do país, tem tempos de espera em consultas de especialidade insustentáveis e serviços de Urgência com frequentes picos de afluência que degradam a prontidão necessária a estas ocorrências; O SNS não tem conseguido reter, nem contratar os seus profissionais, com consequências nefastas para a saúde de quem mais precisa e não tem possibilidades de recorrer aos serviços privados. Há uma grande carência de cuidados de apoio de saúde domiciliários, bem como há falta de resposta nos cuidados paliativos, colocando em risco os mais vulneráveis,*

*nomeadamente idosos e portadores de doenças crónicas. Com isto tudo, sobrecarregam e limitam os cuidadores informais que pouca apoio têm à sua disposição. Existem dois sistemas de saúde, um para os que podem escolher e ter saúde a tempo e horas e outro para os que não tendo recursos financeiros têm de ir para listas de espera intermináveis. Neste sentido, a IL recomenda que o Executivo Municipal: Encete imediatamente negociações no sentido de obter propostas de seguro de saúde que possam socorrer as necessidades dos bracarenses mais vulneráveis; Disponibilize aos Bracarenses que não beneficiam de nenhum subsistema, um Seguro de Saúde para suprir as evidentes carências que se verificam nesta importante área". Posta à votação, foi a presente recomendação* ***rejeitada com trinta e seis votos contra****,* ***com vinte e oito abstenções e com um voto a favor****. O* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, apresentou uma* ***Declaração de Voto*** *que dizia: "venho fazer uma declaração de voto e aproveito para manifestar a minha estupefação com a posição do Grupo Municipal do PS, porque, de facto, o que está em causa é o Serviço Nacional de Saúde. Votámos contra esta proposta, porque nem sequer tem justificação. É o mercado pelo mercado. E é o mercado, agora, no Serviço Nacional de Saúde, com todos os ataques que têm de dentro e de fora, e nestas coisas não podemos vacilar. A esquerda nestas coisas não pode vacilar. Tudo o que são direitos do povo e dos cidadãos e direitos constitucionais, não podem ficar sob guarda dos Mellos e quejandos, de modo nenhum. E ainda por cima temos experiência, porque há coisas que a gente não conhece. Agora, isto conhecemos imensos países por esse mundo fora, onde a política dos seguros deita os doentes para as sarjetas, porque nem sequer as portas dos hospitais lhes abrem. Quando o seguro acaba, quando não tem dinheiro para pagar o seguro, fica à porta da entrada. Não pode ser isso que a gente quer. E há outra coisa, é que agora é o*

*Serviço Nacional de Saúde, a seguir vai ser a Segurança Social, porque eles querem também a Segurança Social. O mercado quer a Segurança Social, porque é onde está a maior parte da fatia do bolo do dinheiro dos cidadãos. Se facilitarmos no Serviço Nacional de Saúde, a seguir vai a Segurança Social. E aconselho-vos, se isto for para a frente, se quiserem ser milionários, rapidamente criem uma companhia de seguros, porque o Partido Liberal encarrega-se de fazer a publicidade". Depois usou da palavra o* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para noutra* ***Declaração de Voto*** *revelar que: "É nestes temas que discordo muito daquilo que o Bruno vem aqui dizer, porque, de facto, temos visto a Iniciativa Liberal a dar muita cacetada no SNS, e é uma pena, porque estamos aqui todos, se calhar, por causa do SNS. Se calhar, nascemos todos no SNS, ou a maior parte de nós nasceu, e ainda bem. E ainda bem que assim é. O SNS tem problemas? Obviamente tem problemas, e tem problemas graves que têm que ser resolvidos. Mas não será o mercado liberal que os vai resolver". Foi dada a palavra ao* ***Sr. Deputado do Aliança****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para apresentar outra* ***Declaração de Voto****, que referia o seguinte: "o Aliança votou contra, não porque a proposta não faça sentido, porque faz, tem que haver uma solução. Mas quando olhamos, por exemplo, para o Portal da Transparência do SNS, o que vemos é um autêntico desastre em Portugal. Em abril de dois mil e vinte e dois havia um milhão e trezentos mil utentes que não tinham médico de família. Depois de todos aqueles anúncios e mais anúncios e tudo o que ouvimos no dia a dia, em abril deste ano já são um milhão seiscentos e setenta e oito. Por outro lado, as seguradoras dizem que o negócio cresceu dez por cento o ano passado, mas há um dado que devemos reter, é que a população segura, desde dois mil e dez até dois mil e vinte e dois, cresceu quase setenta e cinco por cento. Mais, o nível de serviço e de utilização das coberturas, foi o maior de sempre, o que significa que esta*

*proposta que o Bruno faria, não é solução. Solução é haver uma mudança definitiva no Serviço Nacional de Saúde". Interveio de seguida o* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para noutra* ***Declaração de Voto****, referir que: "O Partido Socialista absteve-se nesta votação, porque o que estava em votação era o fornecimento de um seguro de saúde às famílias mais necessitadas do concelho de Braga. Portanto, para nós, isso é pacífico. No entanto, queremos aqui vir dizer, que os números que aqui foram trazidos, sendo que são verdade, sendo que reconhecemos que há dificuldades no Sistema Nacional de Saúde, mas por aquilo que se passa no concelho de Braga, a verdade não é essa. O Hospital Central de Braga tem feito um excelente trabalho e tem superado aquilo que tem sido valores do passado. Aliás, na recente reunião que houve com os trabalhadores do Hospital Central de Braga, tivemos números que superam aquilo que foram números anteriores e, portanto, reconhecemos as dificuldades. Reconhecemos que, efetivamente nem tudo está bem, mas a verdade é que o Sistema Nacional de Saúde é atacado por todos os lados, porque sabemos que efetivamente há muita gente interessada numa fatia do mercado muito interessante e que naturalmente querem capitalizar isso a favor dos chamados mercados. Mas há uma coisa que todos aqui temos que reconhecer, quando a coisa é mesmo grave, não há hospitais privados, vai tudo para o Serviço Nacional de Saúde". O* ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *interveio para, numa outra* ***Declaração de Voto*** *dizer que: "o PPM votou contra, porque considera que o Serviço Nacional de Saúde é extremamente importante e é para preservar. Ao colocarmos um serviço privado a substituir-se àquilo que deve ser a função do Serviço Nacional de Saúde, pode correr o risco de estar a matar o próprio Serviço Nacional de Saúde, no decorrer do tempo. Posso também dizer que, ao contrário do que o Senhor Dr. João Nogueira diz, o Serviço Nacional de Saúde, e falo por*

*experiência própria, tem-me desiludido imenso. E quando a coisa é grave, não sei se o Senhor Dr. João Nogueira considera ou não, mas eu com onze anos parti uma perna em mil novecentos e oitenta e troca o passo, e estive sete dias com a perna partida, com o fémur partido, com onze anos. O Senhor Dr. Fernando Lima, que falaram hoje aqui, foi a pessoa que foi às dez da noite ao hospital, por mero acaso, porque era amigo da família e porque veio da parte privada, e constatou que não me deram água, porque disseram que o menino não podia beber água até às sete da manhã. Era na altura do São João. Como devem imaginar, o Senhor Fernando Lima ficou estupefacto, porque o menino estava desidratado. Portanto, há erros no Serviço Nacional de Saúde. Passados uns anos, tive uma dupla fratura no braço. Estive quarenta e oito horas nas urgências, na porta das urgências. Portanto, não me venham dizer que o Serviço Nacional de Saúde está a trabalhar bem. E posso continuar, o meu pai teve um cancro do pulmão e foi muito bem tratado no Serviço Nacional de Saúde. Há várias coisas que funcionam bem, mas não devemos ficar contentes. A acomodação de que o Serviço Nacional de Saúde é imaculado, é um erro e, se calhar, é esse erro que tem vindo a matar lentamente o Serviço Nacional de Saúde. Comecem-no a criticar, que certamente ele melhora. Comecem a pensar nas estratégias privadas, pela forma como eles trabalham, tentem trabalhar igual e, se calhar, vão ter resultados. Foi isso que aconteceu no hospital de Braga, quando teve a parceria público privada. Se calhar, temos que imitar os bons exemplos da privada e relevar os maus exemplos da privada". O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, revelando que: "quanto a esta proposta da Iniciativa Liberal, votamos contra, por uma simples razão e, antes de mais, peço desculpa ao Presidente de Junta de Celeirós, ainda não me tinha dirigido a ele e é uma falha grave, indesculpável, faço-o agora. Peço desculpa por só agora me lembrar de fazer a*

*devida distinção a quem a merece. Mas relativamente a esta questão do Seguro Municipal de Saúde, é importante que centremos os planos em que os diversos agentes políticos do nosso país atuam, e não podemos pedir à Câmara Municipal que faça tudo aquilo que o Estado Central não consegue fazer, porque às tantas nem faz aquilo que deve fazer, nem faz aquilo que o Estado central tem a obrigação constitucional e legal de fazer. E aliás, esta Câmara Municipal já tem feito muito e até de forma inovadora. Temos programas como o "Braga a Sorrir". Lembram-se da chacota que era no início? Hoje em dia já ninguém faz chacota com o programa Braga a Sorrir". Programas simples, mas dedicados como o "Pulsar", que ajudam doentes oncológicos a reentrar na atividade física e programas ainda mais recentes de consultas digitais como o P cinco, que tem ajudado os pacientes que, infelizmente, não se podem deslocar ou que não têm essa facilidade de se deslocar digitalmente para terem essa consulta, a tê-lo justamente graças a protocolos que o próprio município estabelece. Mas é preciso centrarmos a discussão. O facto de o Serviço Nacional de Saúde estar num estado calamitoso, não é das Câmaras Municipais. E seguramente não é dos privados. O resultado da governação de sete ou oito anos ou nove anos, vamos ver quanto tempo é que está lá o PS a governar, esse sim, é o reflexo que temos no Serviço Nacional de Saúde. Os problemas que temos hoje no Serviço Nacional de Saúde, são da governação do Partido Socialista. Como disse, e bem, o Carlos Vaz, nunca houve tantos seguros de saúde privados. Não é com o PSD e o CDS, nem os ultraliberais. É com o Partido Socialista, note-se. Nós até temos um CEO no Serviço Nacional de Saúde. Querem mais privatização do Serviço Nacional de Saúde do que esta? Não somos nós que imitamos modelos do privado para pô-los no público. Podemos ter muitos defeitos e quando assumimos o Serviço Nacional de Saúde e assumimos as parcerias público privadas que tão bons resultados deram, não temos vergonha. Depois não podemos*

*é vir aqui dizer ah e tal, o Seguro Municipal de Saúde para os pobrezinhos até é bom. Agora o Serviço Nacional de Saúde, enfim, vamos trabalhando. Não, não, não é assim. Ao Estado, o que é do Estado, e o que deve fazer é tratar do doente maior, que é o Serviço Nacional de Saúde". A palavra foi dada à* ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO****, para proceder à apresentação de uma* ***Moção*** *do seguinte teor: "Há sensivelmente um ano atrás chegou ao grupo municipal da CDU um pedido de ajuda de um grupo de mães e pais que, desesperadamente, tentavam (re)conquistar direitos que, apesar de lhes serem devidos, estavam muito longe de ser cumpridos neste município: o direito à igualdade de oportunidades e à não segregação das suas crianças (direitos consagrados na Constituição da nossa República e em muitas Cartas e Declarações Universais). Sem demora, os eleitos municipais da CDU receberam um grupo de mães e pais para tentar perceber a verdadeira dimensão do problema e, mais importante ainda, como poderiam ajudar a resolvê-lo... A partir daqui, seguimos juntos em luta pela reconquista de direitos consagrados, mas não cumpridos, relativamente às crianças bracarenses, designadamente aquelas que, por um motivo ou outro, apresentam necessidades específicas e acrescidas para o seu integral desenvolvimento. Surge, nesta altura, de forma espontânea mas muito convicta, o "Movimento Pais e Luta", numa reunião informal de pais para a qual tive o privilégio de ser convidada e assistir. Este Movimento, que completou um ano de idade no passado dia seis de junho de dois mi e vinte e três, tem desenvolvido um trabalho tão nobre quanto extenuante na luta pelos direitos das crianças com algum tipo de necessidade mais específica e que, por esse mesmo motivo, se via excluída, por exemplo, de frequentar um CAF, um ATL, um programa de férias ... inaceitável! Graças as estes Pais e à sua incansável luta, muito entretanto se fez em prol dos direitos destas crianças no município de Braga. Graças a estes Pais e à*

*sua resiliência, e resistência mesmo, muitos passos se deram no sentido da igualdade de oportunidades e da inclusão. Foram os primeiros passos de uma Autarquia rumo à inclusão e que aproveitamos para aqui saudar publicamente. Não está tudo feito, infelizmente! Por isso, o Movimento Pais em Luta continua na luta, diária diga-se, por mais e melhor inclusão no nosso município. Uma vez conquistado o direito a participar nos programas de férias promovidos pela Autarquia (que acaba, aliás, de ser reconhecida como "autarquia do ano" graças a este avanço para o qual tanto contribuiu a pressão dos Pais), falta agora um serviço de apoio para as "pontas letivas" (horas do dia em que as crianças do segundo e terceiro ciclo não têm componente letiva) também ele inclusivo e não segregador, onde TODAS as crianças que deste serviço necessitem possam conviver num ambiente saudável e feliz, independentemente das suas características individuais. E faltam outras (re)conquistas de mais direitos que, apesar de consagrados, nem sempre são cumpridos. Por isso, o Movimento dos Pais em Luta chegou para ficar, para Lutar pelos direitos das suas crianças até não restar nenhum direito por cumprir! Em suma, saudamos e louvamos este Movimento pela sua luta e resistência, pela sua dedicação e vontade de construir um mundo melhor, mais inclusivo, não só protegendo os seus filhos em particular, mas toda a sociedade em geral, uma vez que uma sociedade mais justa e igualitária é um direito de todos e a todos beneficia! Concluindo, Braga ficou mais "rica" depois da criação deste Movimento, que importa acolher, acarinhar, incentivar e, principalmente, ouvir. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, delibera: Um - Saudar o primeiro aniversário do Movimento Pais em Luta e o inestimável contributo que este teve na (re)conquista dos direitos das crianças com necessidades específicas do nosso concelho, designadamente o da igualdade de oportunidades de acesso aos*

*programas de férias do município, que são hoje verdadeiramente inclusivos; Dois - Louvar o espírito de serviço público que, há um ano, incitou os pais que integram o Movimento Pais em Luta a tomarem nas suas mãos uma tarefa/responsabilidade que é do governo central, em primeira instância, mas também do Município, que deve prevenir situações de exclusão e de segregação no seu concelho, principalmente de crianças se tratando; Três - Louvar a iniciativa e luta deste Movimento que não desistirá enquanto TODOS os direitos de TODAS as crianças forem dados como adquiridos e efetivos no município de Braga, designadamente o direito ao apoio nas "pontas letivas", sem qualquer descriminação ou exclusão, conforme prevê a legislação em vigor (no artigo trigésimo nono do DL número vinte e um de dois mil e dezanove); Quatro - Exortar a que os órgãos representativos da autarquia continuem a colaborar com o Movimento Pais em Luta, assim contribuindo para a construção de um concelho mais inclusivo e saudável, criando uma verdadeira igualdade de oportunidades, de acesso e de sucesso, para TODAS as crianças e jovens bracarenses". Posta à votação, foi a presente moção* ***aprovada por unanimidade****. Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para apresentar uma* ***Moção****, subordinada ao tema "Pelo regresso ao modelo de gestão em Parceria Público-Privada no Hospital de Braga", que dizia: "Considerando que: A Iniciativa Liberal tem vindo a defender que o Estado não tem de ser dono de todas as entidades que prestem serviços públicos. Este tem é de garantir o acesso a maior qualidade de serviço ao mais baixo custo para os contribuintes; A gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em regime de Parceria Público-Privada (PPP) pode ser um poderoso instrumento de melhoria dos serviços públicos; O Hospital de Braga, gerido desta forma, foi por diversos anos considerado o melhor hospital do país; Em dois mil e dezanove, o Governo acabou com a PPP de Braga; Os hospitais têm*

*vindo a sofrer uma enorme degradação na sua capacidade assistencial, com profissionais de saúde desmotivados e desgastados a abandonar estas unidades e com diversos serviços, sistematicamente, encerrados; Se verifica um descontentamento generalizado da população servida por estes hospitais, que passou a ter, verdadeiramente, comprometido o seu direito de acesso a cuidados de saúde. A situação dramática que se vive em Braga é muito preocupante, com tempos de espera intermináveis, designadamente em cirurgia maxilo-facial com mais de dois anos de espera; ortopedia e psiquiatria da infância com um ano de espera. A IL propõe que a Assembleia Municipal de Braga, na sua reunião de dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, delibere solicitar ao Governo: o regresso imediato ao modelo de gestão de Parceria Público-Privada (PPP) e consequente lançamento de concurso público para o efeito". Posta à votação, foi a presente moção* ***rejeitada com vinte e sete votos contra****,* ***com vinte e oito abstenções e com sete votos a favor.***

*O* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA****, começou por agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Celeirós a cedência do espaço e realçar que outras oportunidades fossem dadas a outras freguesias para poderem receber uma Assembleia Municipal, como ali foi aberto o precedente. Passou depois a apresentar uma* ***Moção*** *que referia: "Em trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, esta Assembleia Municipal aprovou por maioria uma recomendação sobre os termos das delegações de competências no âmbito da AAAFs e das CAFs. O mesmo aconteceu na comissão de Educação desta Assembleia onde as mesmas medidas foram consideradas urgentes. Desde aí nada foi formalizado com as entidades prestadoras do serviço. Tal situação surgiu na sequência da formalização das transferências na área de educação para os municípios que foi agravada pela situação das crianças Necessidades Especiais. Um ano depois também não foi verdadeiramente*

*encontrada qualquer solução por parte do município para o Pré-Escolar. Apesar do programa Incluir mais, que está a decorrer com grande sucesso, e do qual todos felicitamos o município, a oferta do programa restringe-se apenas a crianças dos seis aos quinze anos, deixando as restantes crianças de fora. Nos últimos anos, vemo-nos confrontados com situações de crianças que necessitam de acompanhamento mais individualizado que nos obrigam a contratar, para além dos recursos humanos já existentes, mais pessoal para responder às necessidades destas crianças com NE que, pelas suas patologias específicas, obrigam em muitos casos a um acompanhamento individualizado permanente. Faltam muitos recursos. Sensível a esta problemática a Senhora Vereadora Carla Sepúlveda, depois de algumas diligências, colocou, nos jardins de infância mais problemáticos, recursos humanos para dar apoio a estas situações mesmo não estando esta situação prevista nos acordos. Apesar destas medidas continuam a existir, no concelho de Braga, várias situações em que serão necessários mais três ou quatro funcionários para dar resposta eficaz, o que torna a situação insustentável ao nível da qualidade que se exige, mas sobretudo colocando em risco a segurança de todos. Resolver a situação traria custos que são insuportáveis para as entidades a quem é delegado o serviço sem os quais é impossível dar resposta. No entanto estão perfeitamente ao alcance do município até porque já o faz neste momento (e bem). No caso de Gualtar (e deverá haver muitas mais) a situação agrava-se muito no período das interrupções letivas. Tal situação já deveria estar há muito resolvida porque os recursos humanos na realidade existem e bastava apenas que fosse feita uma gestão eficaz destes. Como exemplo, apresento-vos o caso do Jardim de Infância de Gualtar. A funcionária responsável por sete crianças com NE, colocada pelo município para fazer este acompanhamento, foi autorizada pelo Agrupamento a ir de férias na próxima semana, em pleno período letivo, sem que o Agrupamento*

*tenha (que tenhamos conhecimento) assegurado a sua substituição. Nessa mesma semana vai ainda de férias uma auxiliar de sala, deixando o Jardim sem mais duas pessoas e ficando a junta de freguesia, as crianças e sobretudo os pais numa situação de complexa resolução. Isto não deve, nem pode continuar a acontecer. Assim, reunida ordinariamente a Assembleia Municipal de Braga, a dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, decide que: o município deverá colocar, nos acordos de delegação de competências da AAAF e da CAF, uma adenda para que os funcionários afetos aos agrupamentos passem efetivamente a dar apoio a estas atividades e ainda ao serviço de refeições adaptando-se os horários dos funcionários a estas funções e a estas tarefas. (recordo que esta situação está há muito acautelada noutros concelhos e existem diversos pareceres que consideram que esta decisão é legítima e está de acordo com a legislação, como a própria Câmara sabe e tem conhecimento); o município deverá evitar os horários que correspondam a jornada contínua de modo a alargar o período de permanência dos funcionários nas escolas; o Município deverá colocar uma outra adenda, nos acordos de delegação de competências, com o compromisso de ser responsável por afetar recursos humanos ou financeiros para dar resposta às crianças com Necessidades Especiais, nomeadamente aquelas que obrigam a acompanhamento individual permanente de acordo com um rácio de pelo menos um funcionário para cada três alunos referenciado ou, se for o caso, cujo o Plano de Educação Individualizado o referencie". Posta à votação, foi a presente moção* ***aprovada com trinta e sete votos a favor e com vinte abstenções****. Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *que dizia: "porque nós levamos em consideração, julgo eu, aquilo que foi reconhecido em termos de evolução do que temos hoje face aquilo que tínhamos no passado. Estamos num processo, como se sabe, descentralização de competências, tem as*

*suas dificuldades, tem os seus desafios e julgamos que, apesar de tudo, o município tem tido não só boa vontade, mas a capacidade e a competência, como foi aqui demonstrado, de afetar os recursos que são, não só os necessários, mas também os possíveis e, às vezes até os impossíveis, para gerir estas situações. Relativamente àqueles programas ligados às necessidades específicas, nós sabemos que há até exceções, àqueles programas de ocupação das férias e dos tempos livres que agora estão a ser protagonizados pelo município e que, felizmente, também aí evoluímos, tem essa exceção para até aos dezoito anos, no caso das crianças com necessidades específicas. Mas ainda assim, claro, queremos continuar a trabalhar e a melhorar estes índices e conseguir chegar a ainda mais gente. De todo modo, apontou aí alguns casos que efetivamente têm ponderações legais que temos que olhar para elas com algum cuidado e, eventualmente, não descurando o facto de noutros locais já acontecer e haver opiniões que vão no sentido do que disse, isto não é, parece-me totalmente claro em todo o lado e é por isso que nós julgamos útil que também em sede de comissão, possamos voltar a discutir e a reabrir este tema. Como viu, não fizemos nenhum número aqui de tentar evitar que isto passasse, mas achamos que devemos voltar a este tema na comissão respetiva e abordar essas questões também com a Senhora Vereadora, para perceber o estado de coisas e também verificar, dentro do possível, quais são as questões legais que se põem e no que é que se pode evoluir daqui para a frente, também já para o próximo ano, e para que este caminho seja sempre nessa lógica positiva e incremental". A palavra foi novamente dada ao* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA****, para, noutra* ***Declaração de Voto****, dizer que: "Este assunto é urgente ser tratado e está cá o Presidente da Comissão, e portanto isto convém que seja tratado muito rapidamente, por duas razões: porque temos que fazer essa aprovação nos órgãos respetivos das Juntas*

*de Freguesia e, portanto, os contratos têm que ser assinados com o devido tempo e com as condições que temos que ter. Aliás, algumas assembleias freguesia decorrem em breve e portanto, podemos fazê-lo à condição, ou podemos fazê-lo de outra forma, que é fazer uma reunião extraordinária. Mas é bom que isto se discuta com alguma rapidez, porque, obviamente, o facto de isto acontecer, ou não, coloca em causa também a planificação do ano letivo, no sentido em que temos que assegurar os recursos humanos e a capacidade que temos ao não de resposta em cada caso. Portanto, pedia só que a Assembleia Municipal, e faço parte dessa comissão, estou à vontade com isto, que reunisse com alguma rapidez e que tratasse isto. Em relação à questão jurídica, há pareceres que são favoráveis. Aliás, julgo que a própria DGESTE emitiu pareceres neste sentido e portanto acho que é uma solução de fácil resolução. É uma questão agora de colocar por escrito e acautelarmos todos sobre esta situação que, do ponto de vista mais extremo, poderá, numa situação mais extrema, colocar até em causa o próprio funcionamento". Foi depois presente uma* ***Moção*** *pelo* ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***JOÃO PEDRO CARVALHO MELO****, que dizia: "De acordo com declarações públicas da sua Administração, o Hospital de Braga, nos últimos dois anos, fez mais de dezanove mil e duzentas cirurgias fora de portas com os seus profissionais médicos. Apesar de o edifício do Hospital de Braga ter apenas doze anos, as treze salas operatórias, duas só para a urgência, têm uma taxa de ocupação muito elevada, pelo que o Hospital de Braga tem tomado a opção de alugar instalações em unidades privados de forma a superar as listas de espera. Entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e dois, o Hospital de Braga aumentou em quarenta e um por cento a atividade cirúrgica. Em dois mil e dezanove, havia dezanove mil doentes a aguardar cirurgia e, agora são cerca de doze mil. O Hospital de Braga pagou cerca de treze vírgula sete milhões de euros para fazer dezanove mil e duzentas*

*cirurgias em instalações privadas e em misericórdias. Mesmo assim, esta opção permitiu poupar bastante tendo em conta que a alternativa seria o pagamento de cheques-cirurgia. Esta foi a melhor alternativa que o Hospital de Braga encontrou enquanto não se verificar a concretização de um projeto de construção do edifício de cirurgia de ambulatório adjacente ao hospital, aguardado há vários anos, que permitirá expandir a atividade e criar salas exclusivas para a cirurgia cardíaca e a cirurgia vascular. Com mais de meio milhão de consultas realizadas em dois mil e vinte e dois, o Hospital de Braga registou um crescimento de seis vírgula quarenta e poito por cento, comparativamente com o ano anterior à pandemia (dois mil e dezanove), evoluindo de quatrocentas e oitenta mil trezentas e setenta e seis consultas em dois mil e dezanove para quinhentas e onze mil quinhentas e três em dois mil e vinte e dois. Refira-se que com os novos gabinetes para consultas recentemente abertos, com um custo na ordem dos oitenta mil euros, será possível realizar mais cerca de duas mil e cem consultas mensais e um total de vinte e cinco mil e duzentas consultas por ano, favorecendo a evolução positiva registada nos últimos anos. O Hospital de Braga serve uma população de cerca de um vírgula dois milhões de pessoas dos distritos de Braga e Viana do Castelo, superou as expectativas em termos de atividade assistencial, de cirurgias convencionais e de recuperação de listas de espera, confirmando a sua importância, elevada capacidade de resposta e potencial se forem tomadas as decisões políticas necessárias para reforçar as condições de trabalho e número de profissionais, assim como os meios materiais disponíveis, nomeadamente ao nível das instalações. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, delibera dirigir ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Saúde e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, a exigência da concretização o mais célere possível da construção de novas instalações de cirurgia*

*ambulatório no Hospital de Braga". Posta à votação, foi a presenta moção* ***aprovada por unanimidade****. A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO****, para apresentar uma* ***Declaração Política*** *do seguinte teor: "Os tempos são cada vez mais conturbados e muitas vezes impedem-nos de pensar ponderadamente e aceitar alguns conceitos fundamentalistas! Será que a uniformização das regras europeias de mobilidade urbana para cidades de grande, média e pequena dimensão fazem mesmo sentido? Será que essas regras de afunilamento do tráfego, que pretendem obrigar o uso de transportes públicos, são aceitáveis ao diminuir a qualidade de vida de quem, por necessidade, vive num local distante quer da escola onde os filhos estudam, quer do trabalho onde auferem o ordenado? Será que a oferta de serviços com maior qualidade, com maior comodidade, com maior número de rotas e com mais frequência, não seria mais apropriada para estimular o uso desses transportes públicos? Será que é mais importante escolher transportes públicos elétricos ou será que é preferível comprar o dobro dos autocarros a Gás Natural e ao mesmo preço, contribuindo para que se diminua mais o nível de poluição? Será que estamos a contribuir para um Mundo melhor ao preocuparmo-nos muito em reduzir as nossas pequenas emissões de gases de efeito estufa, mas ao mesmo tempo não abdicarmos de comprar um telemóvel, um computador ou um carro nos Países mais poluidores? Será que produtos fabricados nos Países mais poluentes não deveriam ser altamente penalizados nos que são fabricados nos menos poluentes? Será que em dois mil e trinta e cinco, quando for proibida em toda a União Europeia, a venda de veículos de combustão interna de combustíveis fósseis, iremos conseguir produzir energia elétrica suficiente apenas de fontes renováveis? Ou tentamos enganarmo-nos a nós próprios? Será que é democrático privilegiar quem tem a capacidade de comprar um veículo elétrico e penalizar quem não tem essa*

*capacidade? Será que é sensato construir edifícios de habitação Social ou de custos controlados com uma exigência térmica similar aos edifícios comercializados pelos promotores e superior aos edifícios de uma classe média ou média baixa que comprou, a muito custo, a sua própria habitação? Será que se existisse uma menor exigência na eficiência térmica dos edifícios, não existiria uma capacidade de construir um maior número de habitações satisfazendo assim, um maior número de pessoas que necessitam urgentemente de um teto? Será que sendo o nosso País um Estado mediano a nível de desenvolvimento e que possui uma dívida generosa, deveria andar na vanguarda da experimentação de novas tecnologias como a do Hidrogénio que ainda não deu provas de ser a solução energética? Será que a União Europeia não deveria estimular e financiar o plantio de bouças com árvores autóctones como guardiãs do CO dois? Será que é ambientalmente correto estimular indústrias de mobiliário em MDFs e afins em vez da madeira maciça, que vai passando de geração em geração? Será que em vez de se falar em agricultura biológica não deveríamos falar muito mais de Proteção integrada? Já pensaram quanta área agrícola deveríamos conquistar às áreas florestais para conseguir sustentar toda uma população Mundial? Será que existe coerência na hostilização dos pesticidas, quando se assiste a uma cada vez maior automedicação da População? Será que ao incentivar a esterilização dos animais de companhia errantes, não estamos também a impedir a diversificação genéticas desses mesmos animais? Estas são algumas das dúvidas que me assistem diariamente e que acho que devo partilhar com quem muitas vezes afirma certezas, mas que não consegue esclarecer com convicção as dúvidas!". A* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA*** *apresentou outra* ***Declaração Política****, que dizia: "Seja-me permitido saudar, em primeiro lugar, a Junta da União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, pelas condições criadas para*

*possibilitar esta reunião descentralizada da Assembleia Municipal. Quero, também, saudar os fundadores do Partido Socialista e todos os socialistas que, liderados por Mário Soares, deram um contributo inestimável para um País mais livre, mais justo e mais solidário. Não constitui novidade para ninguém que o Partido Socialista, desde a sua fundação, há mais de meio século, tem desempenhado um papel de enorme relevância na cena política portuguesa. Tem, pois, toda a acuidade abordar, nesta declaração política, os cinquenta anos do Partido Socialista, cujas celebrações têm vindo a decorrer um pouco por todo o território nacional. Para os mais céticos ou desatentos, não será inoportuno explicar que a multiplicação de eventos comemorativos tem por base um facto absolutamente inquestionável, que é o reconhecimento de que o PS usufrui em todo o território, do qual, aliás, decorre a sua grande força eleitoral, como ficou demonstrado nas últimas eleições legislativas. Manifestamente, o Partido Socialista continua a contar com uma robusta base de apoio popular, designadamente entre os trabalhadores e os jovens portugueses, mas não só. Atrevo-me a dizer, sem receio de qualquer desmentido, que o PS se tem assumido como o elo privilegiado de ligação de toda a sociedade portuguesa. E essa empatia decorre, com toda a naturalidade, de uma circunstância que para o PS nunca foi, não é, e nunca será negligenciável - a intransigente defesa da Liberdade e da Democracia. O Partido Socialista, que ao longo deste meio século de história passou naturalmente por algumas mudanças, continua a manter os valores socialistas, prossegue a luta pelo reforço dos direitos sociais e da justiça económica e pela melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Será, seguramente, por esse reconhecimento popular que o nosso partido se mantém como força política dominante na sociedade portuguesa, prosseguindo o árduo trabalho que sempre desempenhou na construção de um futuro mais justo e igualitário para todos os*

*portugueses. Estando numa sessão da Assembleia Municipal, não quero deixar de referir o papel de grande relevo que o PS também teve, e continua a ter, na implementação e na afirmação do Poder Local democrático. Não se trata, apenas, de uma componente basilar da nossa democracia. É isso e muito mais. É consensualmente reconhecido o forte contributo do Poder Local para o desenvolvimento do território, dotando-o dos instrumentos e das condições que conduzam à real melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Permitam-me que também recorde, neste local que é um símbolo do Poder Local, (uma sede de Junta de Freguesia) a contribuição que essa importante conquista da Revolução de Abril tem dado para a correção de assimetrias numa boa parte do território. Temos a enorme felicidade de o caso de Braga o poder demonstrar a evidência. Foi precisamente com dois socialistas, Mesquita Machado, na Presidência da Câmara, e Salgado Zenha, na Presidência desta Assembleia Municipal, que foram lançadas as bases para a construção de um concelho mais justo, solidário, mais desenvolvido. Construíram-se escolas, rasgaram-se ruas, criaram-se parques de lazer, enquanto a eletricidade chegava às aldeias mais distantes do centro e a água corria nos fontenários, para, mais tarde, chegar a todos os lares. O bem-estar das pessoas e a melhoria da qualidade de vida dos bracarenses foi sempre o objetivo primordial da gestão socialista ao longo dos anos, como alguns dos projetos mais icónicos do nosso município o comprovam. Em primeiro lugar, e até pelo seu amplo alcance social, a política de solos assumida pelo município praticamente desde o primeiro mandato de Mesquita Machado, e que permitiu exercer um efetivo controlo sobre os preços da habitação. Logo de seguida, a ampla intervenção no Centro Histórico, com políticas inovadoras conducentes ao apoio à população residente e à reabilitação do edificado. Mais tarde, a municipalização da Sotube e consequente criação dos transportes municipais - os TUB -, uma medida que veio*

*dar resposta aos anseios dos munícipes bracarenses, em particular das classes trabalhadoras. Permitam-me que evoque também, a outro nível e entre outras, a construção do Parque de Exposições, a construção do Complexo Desportivo da Rodovia, a aquisição e reabilitação do Teatro Circo, bem assim como a requalificação de diferentes zonas, como o Parque da Ponte e a Fonte do Ídolo, ou as avenidas central e da Liberdade, esta com a construção de um túnel rodoviário. É óbvio que poderia alongar-me, tantas foram as intervenções marcantes, como é o caso da renovação da área pedonal de Braga, um projeto que ajudou a melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes da cidade. Mas cito só uma pequena parte uma vez que o tempo disponível não me permite ser exaustiva. Creio ter ficado perfeitamente claro que desde a sua fundação, em dezanove de abril de mil novecentos e setenta e três, o Partido Socialista tem vindo a cumprir escrupulosamente a missão para que foi criado: primeiro como partido de oposição ao regime Salazar e Caetano, depois como protagonista ativo da transformação do nosso país e da nossa cidade. E essa é uma riquíssima folha de serviços de que o PS muito se orgulha. Ainda recentemente, após as eleições legislativas de dois mil e quinze, o governo liderado por António Costa conseguiu, com a ajuda dos partidos de esquerda, repor muitas das conquistas que o governo de direita havia retirado aos portugueses. Foi o PS que, entre outras medidas, aumentou o salário mínimo nacional, atacou a precariedade laboral e tomou medidas conducentes à melhoria dos serviços públicos. Já após a vitória nas eleições de dois mil e dezanove, o PS enfrentou uma conjuntura extremamente adversa, designadamente com o surgimento da pandemia originada pelo Covid-dezanove mas, mesmo nessa situação de total imprevisibilidade, o governo socialista conseguiu adotar as medidas que se impunham no âmbito da saúde pública e do apoio à economia. O intenso labor e dedicação dos socialistas acabou por ser premiado nas eleições do*

*ano passado, quando os eleitores decidiram dar maioria absoluta ao PS, facultando assim todas as condições para que o governo socialista aplique o seu programa eleitoral, devolvendo a esperança aos portugueses. No plano nacional, as medidas corretoras introduzidas pelo PS já tornaram possível expurgar uma boa parte das malfeitorias que os governos de direita praticaram. Já ao nível do nosso município, teremos que esperar mais dois longos e penosos anos para que o Partido Socialista possa retomar, também em Braga, o caminho da prosperidade, da primazia dos interesses dos cidadãos sobre quaisquer outros, em suma, para que volte a ser possível afirmar com toda a propriedade que É BOM VIVER EM BRAGA! com um Partido Socialista unido, coeso e com a vontade firme de ganhar Braga". Seguiu-se a apresentação de uma* ***Declaração Política*** *pelo* ***Sr. Deputado do P.S.D.***, ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA****, que referia: "As obras na Avenida da Liberdade não são obras de faz de conta, mas, antes, são parte da estratégia consolidada em termos de paradigma de mobilidade da cidade: Tornar Braga mais amiga do ambiente, mais amiga dos peões, mais amiga dos modos suaves de mobilidade. Isto não se faz sem um redesenho do espaço urbano que, desde logo, implica a redução de alguns privilégios do automóvel, quer em termos de velocidade, quer em termos de canais de circulação e de lugares de estacionamento. São obras necessárias a uma cidade moderna que não perde a sua identidade milenar e que atrai pela qualidade de vida e de desenvolvimento económico. Como aliás, a Senhora Vereadora Olga Pereira informou, com precisão e detalhe, na recente reunião da Comissão Municipal de Trânsito, esta obra prevê a inserção de vias cicláveis autónomas em relação à faixa de rodagem, novas travessias pedonais sobrelevadas ao nível dos passeios, eliminação de barreiras à circulação inclusiva, plantação de árvores, semáforos inteligentes e outras melhorias em termos de mobilidade e segurança. Estão previstas também*

*plataformas mais desenvolvidas de embarque nas paragens dos autocarros, implementação de mobiliário urbano, iluminação pública, sinalização e demais infraestruturas, bem como novas plantas que não exigirão sistema de rega. A intervenção na Avenida da Liberdade, cujo início dos inerentes procedimentos administrativos, ocorreu a dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, e cuja obra no terreno iniciou a dez de maio passado, e não recentemente, tem o prazo previsto também de duzentos e cinquenta dias para a sua conclusão, dentro do espaço compreendido da rotunda de São João da Ponte até a Rua do Raio, cerca de oitocentos e cinquenta metros. Como é sabido, esta obra, comparticipada também com fundos comunitários, e orçada num valor superior a três milhões de euros, mais IVA, tem de ter prazos rigorosos de cumprimento, atendendo ao superior interesse público. Tudo conforme a população do nosso concelho já bem conhece. De facto, foram utilizadas, para informar as pessoas, as redes sociais, os placares informativos nas ruas, a informação direta aos moradores e comerciantes, as sessões nas juntas de freguesia e o quiosque a instalar na proximidade. As obras do Túnel da Avenida, por outro lado, com a execução planeada de duzentos e cinquenta dias e a arrancar logo que o Tribunal de Contas, eternamente atrasado, emita o seu visto, verá as suas condições de segurança, de circulação rodoviária e de estética substancialmente melhoradas. Estas obras não deveriam ser objeto de especulações infundadas por parte de responsáveis políticos. Com certeza que a profusa informação que o município dispensou, quer aos bracarenses, quer aos seus representantes nos órgãos do município, deve ter desorientado politicamente a cabeça de alguns membros da oposição socialista, que desejariam iniciar algo como um tipo de onda de contestação popular, alicerçada nalgum desconforto temporário que qualquer obra acarreta, quer em Braga, quer em qualquer outra cidade do mundo. No entanto, como os bracarenses bem sabem, o desconforto é*

*passageiro, mas os benefícios da obra são permanentes, sendo este tipo de pensamento o que se espera ser, o pensamento de responsáveis políticos. É completamente irresponsável dizer-se que são supridos cem lugares de estacionamento, quando serão apenas dezanove. É completamente irresponsável dizer-se que se está a prejudicar os comerciantes pela cobrança de lugares de esplanada, quando lhes foi comunicado, em dezembro último, que seriam reembolsados aquando do início das obras que abrangessem os períodos das intervenções. O cúmulo da irresponsabilidade é dizer-se que será afetado o conteúdo - quase intemporal - das festas de São João, sem nenhuma base que fundamente tão grave afirmação. É igualmente irresponsável não ser rigoroso na data do início da obra e assim tentar criar - erradamente - na opinião pública uma data mais recente que poderia falsamente permitir o início de obra após o São João. Alguém faz ideia, com a atual subida dos preços de construção, o que o empreiteiro poderia solicitar em termos de revisões de preços de materiais, agravamento de custos, etc., no caso de ser alterado, quer o início, quer a execução da obra? Ainda por cima não seria uma alteração de quinze dias, mas cerca de quarenta e cinco dias, que é prazo que ocorre desde o início da obra e o São João. E o risco enorme de ser afetado cerca de um milhão e meio de financiamento comunitário? Mas isto é tão difícil de perceber, que ninguém na oposição socialista entende isto? O que a oposição socialista pretende? Criar uma onda de indignação popular pelo incómodo temporário das obras? Mas então qual é a obra do mundo que não causa transtorno em espaço urbano? Alguém é capaz de o dizer? Mas o mais grave é a maneira de fazer oposição, alicerçada em situações que não existem, inventar e cavalgar na inverdade. Qual é a base de fundo para tão medíocre oposição? É a de pretender demonstrar quem fala mais alto, apenas em virtude de situações internas partidárias, sem se importar da violação do interesse público, quando não se fala*

*a penas a verdade? A oposição esquece que a população bracarense tem bom senso, sabe muito bem que estas posições, tão facilmente desmentidas, não são mais do que politiquices que se desfazem na espuma dos dias e, no final, o que interessa, é que ficará uma obra para servir a cidade e as suas gentes, por muitas e muitas décadas". Interveio de seguida a* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***SANDRA RAQUEL RODRIGUES RIBEIRO****, para produzir uma outra* ***Declaração Política****, que revelava o seguinte: "Com o anúncio intempestivo de que a cidade de Braga iria passar a contar com um período alargado de obras na Avenida da Liberdade, durante mais de um ano, os Bracarenses temem e sentem já os constrangimentos no seu dia a dia. A gritante falta de planeamento do Município de Braga fica espelhada na organização desta Festa de São João. Desde logo, porque as Festas de São João estão classificadas como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, o que intimaria os responsáveis municipais a um maior cuidado, mas, sobretudo, por terem revelado um cabal desinteresse pela identidade cultural da cidade. Este ano, é com muita tristeza que percebemos que nada voltará a ser como antes. O tradicional arraial popular dos Bracarenses será descontinuado, visto não poderem caminhar tranquilamente até ao Largo de São João por causa das obras. Fica igualmente comprometido o Cortejo das Rusgas, iniciado em mil novecentos e quarenta e oito, e que marca o programa da noite de São João, bem como o Carro dos Pastores que não circulará em metade do seu percurso. Confrontada, a maioria do Executivo Municipal, limita-se a remeter a responsabilidade de tudo isto para a capacidade de organização e adaptação da Associação de Festas do São João de Braga. Os mesmos que não dialogaram com os proprietários dos estabelecimentos comerciais e cobraram as taxas periódicas por ocupação dos passeios, assumem agora que, quem quiser, poderá deslocar-se aos serviços Municipais para serem ressarcidos, representando mais burocracia e custos desnecessários. Uma Câmara*

*organizada não permitiria sequer a cobrança e agora vai ressarcir porque o PS denunciou. Falamos, ainda, de umas obras que não acautelam a Feira Semanal e que fica, também, uma vez mais, prejudicada. E de umas obras que vão deitar por terra o investimento aplicado, há menos de dois anos, no modelo pop-up de vias partilhadas entre veículos automóveis e bicicletas. Centenas de milhares de euros gastos a pintar ruas em Braga, que já se previa, desde o início, serem desprovidas de qualquer sentido, demonstrando a inconsequência desta medida. Não fosse o impacto negativo que estas decisões têm na vida dos Bracarenses e poderíamos admitir não falar sobre este assunto. Se num qualquer período do ano fosse preocupante, mas aceitável, a realização destas obras no coração da cidade, o mesmo já não se poderá dizer a quinze dias de se iniciarem as tradicionais festas de São João. Os condicionamentos vão deitar por terra as elevadas e mais que justificadas expetativas dos Bracarenses, bem como dos turistas que habitualmente acorrem à nossa cidade nesta época. E quais serão as repercussões para os comerciantes locais e os vendedores ambulantes que esperam um ano para se instalar nos passeios ao longo da Avenida da Liberdade? A resposta foi hoje mesmo avançada pela comunicação social: quebras na receita de mais de cinquenta por cento, em relação aos anos anteriores. Por fim, a questão que se coloca é: não teria sido possível ajustar o calendário das obras de modo a serem evitados todos estes constrangimentos? Com as acostumadas derrapagens, o que acontecerá no São João de dois mil e vinte e quatro? Pois, aqui fica, o alerta!". A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *reuniu com a Conferência de Líderes, para se pronunciar sobre o andamento dos trabalhos, tendo ficado decidido que se iria dar continuidade à discussão da ordem de trabalhos. Passou-se à apresentação da* ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ***PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO QUINZE BARRA DOIS MIL E***

***VINTE E TRÊS**, **DE VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO**, **NÚMERO DEZASSETE BARRA DOIS MIL E VINTE E TRÊS**, **DE VINTE E OITO DE ABRIL E NÚMERO DEZOITO BARRA DOIS MIL E VINTE E TRÊS**, **DE DOZE DE MAIO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, as atas do décimo terceiro Mandato número quinze barra dois mil e treze, referente à sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro, número dezassete barra dois mil e treze, relativa à sessão ordinária de vinte e oito de abril e número dezoito barra dois mil e treze, alusiva à sessão extraordinária de doze de maio. Postas à votação, foram referidas atas **aprovadas por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dois de maio do ano em curso, relativa ao Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.**, **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que: "O Partido Socialista vai ser telegráfico na apreciação deste ponto, dizendo que o Regulamento para uma ação tão importante como um Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática, é muito importante, mas considera que, com o número de elementos que este Conselho Municipal prevê, duvido muito e, por isso, é que se absteve na Câmara e se vai abster agora também, será muito difícil*

*trabalhar com quarenta e seis elementos deste Conselho Municipal, que é o número mínimo. Não sei se há alguma dinâmica de grupos que resista a um trabalho profícuo. Naturalmente, também este é um copy paste daquilo que são os outros conselhos municipais e, portanto, a abstenção vai mais porque não vemos como é que isto poderá funcionar, porque também a considerar muita gente que foi incluída e bem, por um lado, há muita gente que também ficou de fora e que representa outros sectores importantes do ambiente e daquilo que é a ação climática e que poderemos aqui testemunhar. O Clube de Montanhismo, uma Associação de Agricultores, uma Associação de Pesca, tudo isso também contribui para as questões do ambiente. Portanto, dizer que a abstenção é por via disso e também porque esta escolha não foi muito consensual e não houve um compromisso criado à volta disto, por isso a abstenção". Usou depois da palavra o* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para referir que: "o PAN, como partido construtor de pontes para o futuro, sabe criticar quando é necessário, na mesma medida em que sabe elogiar, quando algo é bem feito. Assim salientamos com agrado o facto de o executivo municipal convidar atempadamente os partidos representados na Assembleia Municipal de Braga de forma a poderem contribuir com as suas propostas de melhoramento para o regulamento do CMAACB, não servindo a mesma para esvaziar a intervenção política que acontece agora, mas no sentido de elevar a qualidade final do documento aqui analisado. Assim e nesse sentido, o Grupo Municipal do PAN apresentou um conjunto de vinte e três propostas e contributos em sede de audição para a Consulta Pública do Regulamento do CMAACB. E se de facto é um passo em frente a criação deste Conselho, o mesmo não deve servir exatamente os mesmos propósitos dos grupos e associações já existentes, mas ter um papel agregador e inovador na área Ambiental. Assim sugerimos alguns caminhos diferentes nas nossas propostas*

*porque não podemos continuar as mesmas abordagens que nos trouxeram até aqui. É necessário olhar para a sociedade e comunidade, para o planeta e território, de forma diferente. Mas vamos às propostas - das vinte e três efetuadas pelo PAN, nove foram, e bem, acolhidas pelo município. Dar destaque pela positiva à integração nos membros do Conselho de um representante por cada grupo da Assembleia Municipal, o que enriquecerá o debate político e das visões ideológicas destas reuniões. A integração também de elementos propostos pelo PAN como a Provedora do Animal, um representante do Banco de Germoplasma Vegetal e outro representante dos Bombeiros Voluntários de Braga, irão dar uma densidade adicional positiva aos trabalhos do Conselho. Dar ainda um relevo positivo à possibilidade no auxílio ao município na "elaboração de políticas e medidas para a ação climática no concelho", ao "debater, apoiar e avaliar a atual Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas", ou ainda a "promoção do conhecimento científico sobre o fenómeno das alterações climáticas e da sua comunicação a diferentes públicos-alvo", são outras das propostas aceites, bem como as reuniões serem quadrimestrais. No entanto ficaram de fora outras medidas de importância como a eliminação total do uso de papel nas reuniões e comunicações do CMAACB e a criação dum e-mail do Conselho, a cooperação direta com o SMPC de Braga, ou a integração das análises dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do PAESC neste conselho. Apesar disso, este é um documento e uma intenção positiva, que queremos que seja posto em prática o mais breve possível e que não se atropele nos seus objetivos com o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, versando-se cada um nas metas definidas. Salutamos ainda a sensibilidade para as questões ambientais que começam, cada vez mais, a tomar uma nova dimensão na discussão sociopolítica dos municípios, coisa que até há uns anos era um assunto que era tido com menor*

*importância e não tão relevante, mostrando assim que o caminho que o PAN aponta constantemente nas suas propostas e medidas é um caminho de futuro. Não nos esquecemos: são várias as divergências ideológicas entre o PAN e o atual executivo camarário. Mas é da nossa responsabilidade, como partido eleito da Assembleia Municipal de Braga, continuar a apresentar a nossa visão para a sociedade bracarense, num conjunto de ideias inovadoras e disruptivas para o CMAACB e a sua atuação nos próximos anos, bem como a construção de pontes com os restantes atores políticos e sociais da cidade. Acima de tudo a nossa ideologia comum é Braga e os bracarenses e por isso votaremos favoravelmente este documento". Interveio de seguida o* ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES*** *que, a propósito, referiu: "a natureza e a qualidade ambiental estão entre os ativos prioritários da política do município de Braga. Cada vez mais se torna imprescindível uma mudança na atuação das entidades públicas e da sociedade civil, de modo a contrariar tendências e comportamentos já há muito instalados que provocam impactos a médio e longo prazo no ambiente. A Constituição da República Portuguesa determina que são tarefas fundamentais do Estado promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, assim como a efetiva concretização dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais. Proteger, valorizar o património cultural, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento território, são também atribuições que o Estado está constitucionalmente obrigado. A Lei dezanove de dois mil e catorze, que define as bases da política ambiente determina que compete ao Estado a realização da política de ambiente, tanto através de ação direta dos seus órgãos e agentes nas diversas ações de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais,*

*num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental. Ainda no mesmo diploma, são estabelecidos princípios da informação e da participação que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, enquanto assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais. Ao nível local, a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, também define o ambiente como matéria de atribuição do município. Em função deste enquadramento legal, o Município de Braga deve assegurar políticas que confiram condições atrativas e dinâmicas ao meio rural, ao meio urbano e rural, através do investimento e valorização da respetiva zona de interface, com vista à promoção da biodiversidade e da preservação da natureza. O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática de Braga, aprovado pelo Executivo em janeiro último, surge com o propósito de ser um órgão consultivo de promoção de debate sobre matérias ambientais e climáticas, de modo a permitir atuar junto dos decisores políticos, através da apresentação de recomendações e propostas alternativas que visem a minimização de impactos no ambiente e no clima. Em concreto, nas matérias de conservação da natureza e da biodiversidade, do ordenamento do território, da gestão dos recursos hídricos, da política de resíduos, das políticas de mobilidade e transportes, das políticas de facilitação de acesso a energias alternativas, entre outros e, obviamente, nas estratégias municipais de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Pretendem, neste Conselho, estabelecer o diálogo entre instituições públicas e os cidadãos no âmbito de uma democracia participativa e aberta, num esforço conjunto entre o município, os cidadãos, as empresas e as instituições, no sentido de uma governança*

*adaptativa eficiente, participada, duradoura e sustentável. Em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e três, foi aberto um período de participação procedimental à comunidade, com a disponibilização eletrónica do projeto de regulamento pelo prazo de trinta dias. Durante o período consulta pública foram rececionados sete contributos de partidos políticos, entidades e personalidades da sociedade civil, muitos dos quais obtiveram acolhimento na proposta de regulamento que agora se aprecia. O regulamento é abrangente e inclusivo, quanto à constituição dos seus membros, é equilibrado nos procedimentos e, sobretudo, ambicioso nos seus propósitos. Assim, o Grupo Municipal do CDS considera muito útil a existência do Conselho Municipal do Ambiente e da Acão Climática de Braga e manifesta o seu voto favorável ao respetivo regulamento que submete a sufrágio nesta Assembleia". Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do Aliança****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA*** *para, inicialmente parabenizar o Sr. Dr. Ricardo Rio pela eleição como Presidente do GPM. Esta conquista não destaca apenas o seu compromisso com o serviço público, mas também colocava Portugal, colocava Braga numa posição de notoriedade e influência global. "E também só uma nota, até porque não tinha tempo, numa altura em que muito se discutem as caricaturas do governo ao nível da educação, o PS de Braga, de facto, não quis ficar fora desta onda e quando faz uma afirmação como a "Noite Branca" ou a "Braga Romana" que não traz proveitos e foi desmentida cabalmente por um artigo publicado no jornal, diria que esta questão de afirmar que o projeto das obras de São João não respeita a raiz identitária das festas, é uma narrativa, no nosso entender, de desinformação, que as várias obras têm um impacto inicial, mas depois têm sempre as suas melhorias. Diria que sobre o regulamento que discutimos hoje do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga, é com grande satisfação que vejo o Município de Braga dedicar-se a questões ambientais e climáticas,*

*reconhecendo a urgência de ações concretas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover um futuro sustentável para todos e para a cidade. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os especialistas envolvidos na elaboração deste regulamento. Trata-se de um documento abrangente e bem estruturado, que estabelece as bases para a criação de um Conselho Municipal de Ambiente de Ação Climática eficiente e participativo, aliás, como referido pelo Tiago, e muito bem. O seu foco na promoção da sustentabilidade, na preservação dos recursos naturais e no envolvimento da sociedade civil, é louvável. É fundamental que a participação da população seja garantida e incentivada de forma efetiva. O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática é um órgão verdadeiramente representativo que inclui membros da sociedade civil, organizações ambientais, academia, empresas e outros setores relevantes, garantindo uma ampla diversidade de perspetivas, conhecimentos e contributos, enriquecendo assim os debates e a tomada de decisões. Outro ponto crucial é a necessidade de metas claras, realistas e mensuráveis para as ações climáticas em Braga. O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga deverá traçar objetivos específicos a serem alcançados em diversas áreas, como a redução de emissões de gases de efeito de estufa, eficiência energética, gestão de resíduos, mobilidade sustentável e preservação da biodiversidade. Estas metas deverão estar alinhadas e apoiar a atual Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Gostaria de ressaltar a importância da educação e da sensibilização da população para as questões ambientais e climáticas. São importantes os programas de consciencialização nas escolas, as campanhas de comunicação e as iniciativas de capacitação para a população. Somente com uma população informada e comprometida poderemos promover a mudança necessária para enfrentar os desafios ambientais que nos esperam. O comportamento*

*individual também consta nesta matéria. Importa também salientar que estes instrumentos derivam da política climática nacional, que se foca em duas vertentes a mitigação e adaptação às alterações climáticas. No que diz respeito à vertente da mitigação das alterações climáticas, destaca-se o Roteiro para a Neutralidade Carbónica vinte cinquenta e o Plano Nacional de Energia e Clima vinte trinta. No que se refere à adaptação às alterações climáticas, destacam-se a Estratégia Nacional de Adaptações às Alterações Climáticas e o Programa de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas. Por sua vez, estes instrumentos fazem parte da política climática da União Europeia, dos quais destaco o Roteiro Europeu vinte cinquenta e a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, que define a União Europeia, como se pode adaptar aos impactos inevitáveis das alterações climáticas e tornar-se resiliente ao clima até vinte cinquenta em pleno. A implementação das Leis de Bases do Clima são medidas importantes para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Mas, por um lado, é um compromisso para a descarbonização, para enfrentar as mudanças climáticas e para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, sabemos que é um dos fatores também da inflação, do aumento dos custos de produção na Europa e em Portugal. As empresas perdem competitividade e a União Europeia criou um envelope financeiro forte para mitigar estes impactos. Infelizmente, em Portugal, depois de um bom arranque, também aqui é notória a degradação da atuação do Governo e muito em Portugal com a execução do PRR. Por outro lado, a legislação é um impulso importante para a transição energética em Portugal, promove a diversificação das fontes de energia e estabelece metas específicas para o aumento da participação de energia renováveis na matriz energética do país. É pena que o ministério, com esta tutela dê sinais de paralisação. O Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis, uma das medidas*

*mais emblemáticas em toda a Europa e com efeitos diretos no combate ao flagelo que é a pobreza energética em Portugal, pois esta medida encerrou no dia dois de maio de dois mil e vinte e dois. Passou mais de um ano sem que esteja aberta. São estas incongruências, entre os constantes anúncios e a efetiva disponibilidade, que arrastam Portugal para a cauda da Europa". O* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, usou da palavra para: "antes de mais, e devido ao pouco tempo que tenho por ser Deputado único, ainda não tinha feito um agradecimento ao Carlos Guimarães, enquanto Presidente Junta por ter recebido esta Assembleia Municipal descentralizada. Relembro aos presentes que efetivamente foi uma proposta de Iniciativa Liberal, e ainda bem que foi aceite e que estamos aqui hoje e esperamos estar numa próxima vez, noutra freguesia, numa outra Assembleia Municipal descentralizada. Pode ser uma freguesia, pode ser uma escola, pode ser na universidade". Passando depois à análise da matéria em discussão, salientou que: "Hoje temos à nossa consideração o regulamento para a constituição do Conselho Municipal de Ambiente e Acão Climática do Município de Braga. Saudamos a criação deste Conselho Municipal. Saudamos também a integração das diversas sensibilidades desta câmara no Conselho ora em criação, que não estava inicialmente previsto. No projeto inicial do regulamento, a Assembleia Municipal apenas se encontrava representada através de uma indicação efetuada através da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil. Nem todos os partidos presentes nesta Assembleia Municipal de Braga têm assento na comissão permanente aludida. Com a composição inicialmente proposta, a IL estaria arredada de participar neste Conselho Municipal. A IL tem uma visão do ambiente – ambientalismo de mercado – que não teria eco neste fórum de aconselhamento, diminuindo a sua mundividência. Por isso, ainda bem que se alterou a composição*

*deste Conselho. Posto isto, queremos dizer que esperamos que neste fórum, o Vereador do Pelouro do Ambiente dê nota do trabalho que vai desenvolvendo na área do ambiente e apresentando os projetos em cima da mesa, recebendo contributos das entidades com presença neste fórum. Assim a IL espera que o Município, com mais este instrumento, abrace estes desafios: Concretização do Regulamento de Gestão do Arvoredo Urbano, contemplando a elaboração de um inventário completo do arvoredo existente em domínio público e domínio privado, tornando-o acessível à população, de acordo com o Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano; Implementação da classificação de arvoredo municipal, que pode processar-se de acordo com regimes próprios concretizados em regulamento municipal, de acordo com o Regime Jurídico da Classificação de Arvoredo de Interesse Público; Desenvolvimento de Programas Virtuais de Educação Ambiental; Desenvolvimento de uma estratégia municipal para o bem-estar animal, que deverá ter como objetivo claro de tratar o problema do bem-estar animal na cidade; Braga, que costuma estar nos grandes palcos internacionais, poderá concorrer a Capital Verde Europeia; O Parque Eco Monumental das Sete Fontes deverá estar acessível aos Bracarenses o mais rapidamente possível. Como vemos, a IL tem uma estratégia para todas as áreas da governação autárquica. Hoje apresentamos algumas delas na área ambiental, pois, como já sabemos, o Liberalismo também é verde! Assim, a IL irá aprovar naturalmente a constituição deste Conselho Municipal". A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO ORLANDO TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE****, para dizer que: "Duma forma absolutamente telegráfica, até porque, sinceramente, muito do que havia para ser dito, já foi dito pelos meus colegas anteriores, pelo próprio Tiago, pelo Bruno, pelo Carlos, por todos, pelo Carlos Vaz, vou abreviar em dois ou três pontos. O primeiro é que considerando a dignidade constitucional, a consagração*

*constitucional do ambiente, o direito do ambiente e o direito ao ambiente; considerando que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e através, sublinho, da participação dos cidadãos, assegurar o direito ao ambiente. E também nas bases da política de ambiente, quero sublinhar a parte referente ao processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental. Dizer que é absolutamente urgente e premente olharmos com seriedade e com assertividade para as políticas de ambiente. É isso que o Município está a fazer, também por via da criação deste Conselho Municipal do Ambiente e da Ação Climática. Tratar desta questão hoje é tratar evidentemente e eminentemente do nosso futuro e do futuro daqueles que hão de vir depois de nós. Dizer também que, com a criação do Conselho Municipal, dizer que os Conselhos Municipais têm cumprido um papel absolutamente fundamental naquele que é o alinhamento das políticas municipais e este contributo mais alargado à sociedade e às pessoas e aos organismos, que sabem das matérias que estão a ser discutidas em cada um dos Conselhos Municipais, tem permitido enriquecer aquela que é a atuação municipal e, portanto, também aqui no Conselho Municipal do Ambiente e da Ação Climática esse papel será absolutamente essencial. Dizer, quanto ao mais, que este é um documento bem elaborado, estruturado. Dizer que houve uma série de contributos, e parece-me, de uma forma muito abreviada, dizer que a questão de este ser um órgão consultivo, que são essas as funções e o facto de haver aqui matérias que podem contender com um outro Conselho que é o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, que isso pode ter levado a que alguns contributos não fossem acolhidos. Quanto ao mais, saudar a iniciativa é uma iniciativa que faz todo o sentido e que será, do nosso ponto de vista, Grupo Municipal do PSD, indispensável para as políticas municipais na área do ambiente*

*e da ação climática. E por isso, como é evidente, votaremos favoravelmente este ponto". Interveio depois o* ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para destacar que: "O Bloco vai votar esta criação do Conselho Municipal, embora não esteja muito de acordo com a organização do respetivo estatuto. De facto, esta democracia tem sempre um mas. Ou seja, Conselho Municipal sim, mas não pode ir muito longe nos conselhos, daí as propostas da ASPA, por exemplo, terem sido quase todas rejeitadas. Por outro lado, o número dois do artigo primeiro diz logo que 'o Conselho funciona com total autonomia no exercício das suas competências, assumindo essencialmente uma função deliberativa que é assegurada pela Mesa', sendo certo, que quem preside à mesa é o Senhor Presidente da Câmara, e preside à mesa com voto de qualidade. Ou seja, em caso de empate, é o Senhor Presidente da Câmara que desempata. Não faz muito sentido. Se o Conselho deve ter autonomia e deve exercer a sua função com autonomia, o Senhor Presidente está aqui como uma viola num enterro, nitidamente. É aquilo que se pode dizer". Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com quinze abstenções do P.S. e do B.E****..* ***PONTO NÚMERO TRÊS – REGULAMENTO DE APOIO À TROCA DE LÂMPADAS****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de quinze de maio do ano em curso, relativa ao Regulamento de apoio à troca de lâmpadas, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para destacar que: "Quanto a este regulamento em discussão, a IL vai abster-se, porque considera que o mercado já*

*resolve naturalmente esta transição. Quando uma lâmpada incandescente ou de halogéneo se inutilizar, os Bracarenses vão substituir por uma solução mais económica em termos de poupança energética, pois já não existe outra hipótese. Temos aqui um pequeno subsídio que vai interferir no mercado, sem qualquer ganho naquilo que se pretende ao nível da transição energética. Em resumo, naturalmente que apoiamos que as pessoas mudem para LED. Mas os benefícios também são totalmente internalizados por elas. Como sabemos, com as tradicionais há mais consumo de energia, logo o consumidor é mais penalizado. O custo que a sociedade vai ter em financiar isto pode ser superior ao benefício que vai retirar. Para além disso, continuamos com a mesma política de compra numa empresa sedeada em Braga, ou seja, se um Bracarense encontrar uma solução mais barata, por exemplo on-line (onde poderá comprar um conjunto maior de unidades), não o poderá fazer. Se o objetivo é o incentivo à transição, deverá ser no maior número de unidades possível. Feita a apreciação da parte substantiva, passemos às questões formais: estamos novamente perante um processo burocratizado onde o Bracarense para aceder ao apoio tem de se deslocar às instalações onde se encontra a Proteção Civil. Porque é que não podemos recorrer aos meios digitais? Por outro lado, o regulamento não possui um rigor nos conceitos o que gera alguma confusão: numas partes fala de compra de lâmpadas, noutras refere troca. O que se pretende concretamente? Posto isto, a IL vai abster-se neste ponto da ordem de trabalhos". Posta à votação, foi a presente proposta* ***aprovada com uma abstenção da Iniciativa Liberal****.* ***PONTO NÚMERO QUATRO – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE CENTO E SETENTA E DOIS VÍRGULA DEZ METROS QUADRADOS, SITA NA FREGUESIA DE FROSSOS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS****. Submete-se à*

*apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo aprovada em reunião de dois de maio do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de cento e setenta e dois vírgula dez metros quadrados, localizada na freguesia de Frossos, da União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, deste concelho, para posterior doação à mencionada autarquia local, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para referir que: "O Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta. Já temos feito isso noutras propostas semelhantes. Nós não compreendemos como é que aquilo que é dado para o domínio público, fruto das urbanizações, depois não sirva para o domínio público. Já aqui disse isso, ou seja, se não serve para o domínio público, então altere-se a lei. Agora, vir dizer, como se diz neste documento e já se dizia nos outros, que os terrenos cedidos para o domínio público não servem para nada e só servem para acumular lixo, está no documento, uma autarquia que diz isto, alguma coisa está muito mal, até porque são cento e setenta metros quadrados. A capela não sei de quem é, diz-se lá que foi a Junta que edificou. Não sei a quem é que pertence a capela, se é da Junta, se é pública, se não é. Sei que é de Santo António, que é o meu padroeiro, meu padrinho, mas não sei de quem é a propriedade. Diz-se que foi a Junta que edificou. Essa ilação não podem tirá-la, porque o facto de ter identificado, não quer dizer que seja da Junta. Pode ser. Mas não diz lá que é. Podiam dizer, em vez de dizer que edificou, podiam dizer capela, propriedade da Junta de Freguesia. Não diz. Diz que edificou. E, portanto, também não sei quem é que pertence a capela. Claro que se o terreno ficar na Junta, não*

*tenho nada contra, a Junta, com certeza que terá, e espero que sim, que tenha um destino útil para dar a esse terreno e que sirva para os fregueses da Junta respetiva. Agora, se não é, pior ainda. Se não é propriedade da Junta, pior ainda. Não sei se está aqui alguém que me esclareça esse ponto, que já agora gostava de saber? Então pode dizer que acabo já com a verdade. Vai dar-me a informação à posteriori e gostava de saber enquanto estou no uso da palavra. Precisava desta informação, porque sendo da Junta, fico mais descansado, porque a Junta pode encontrar utilidade para o terreno, porque se fosse para um privado era completamente diferente. De qualquer forma, penso que a Câmara deve dar utilidade aos terrenos que são do domínio público. Esta febre de alienar e de os passar para o domínio privado, não faz sentido nenhum e o que pode acontecer é termos alterações de lei, porque as leis que não servem, acho que devem ser alteradas. Se quem faz as urbanizações tem que ceder terreno ao domínio público e a autarquia vem dizer que não serve para nada, só serve para acumular lixo, então não vale a pena obrigar os particulares a cederem esses terrenos ao domínio público". A palavra foi dada à* ***SRª. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS****,* ***ADÉLIA DE JESUS GONÇALVES DA SILVA****, para proceder aos seguintes esclarecimentos: "o que é que se passa com a Capela de Santo António e com o terreno que será agora desafetação do domínio público? A capela de Santo António já existia, sempre existiu na Quinta de Santo António. Quando no início do ano dois mil venderam a Quinta de Santo António, ela foi reposicionada num local diferente. Entretanto, ela já está edificada desde dois mil e quatro. De dois mil e quatro a esta data ainda não estava a parcela desafetada para o domínio privado da Junta de Freguesia, para poder efetivamente registar a capela. A capela está lá, não é nenhum monte de lixo, é a Capela de Santo António, tem servido de capela mortuária e apenas estamos aqui a tentar legalizar aquilo*

*que será efetivamente para o domínio ou para o património da Junta de Freguesia. Ela foi efetivamente construída a expensas da Junta de Freguesia e apenas o que faltava era aquele bocadinho do terreno para podermos registar. Depois desse registo, sim, podemos dizer que é propriedade da Junta de Freguesia. Mas ela está lá, não é nenhum monte de lixo, é a Capela de Santo António e tem servido a freguesia e os fregueses da freguesia de Frossos". Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com quatro votos contra da C.D.U. e do B.E. e com uma abstenção do P.A.N.****. O* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *interveio para apresentar uma* ***Declaração de Voto****, referindo que votaram favoravelmente a desafetação, porque na passada quarta feira estiveram com a Senhora Presidente da Junta e tiveram a esclarecer precisamente isso. Portanto, esclarecida a situação, votaram em consciência. Já sabiam que a Iniciativa Liberal não passava cheques em branco, portanto, aquele também não passaria. Pretenderam esclarecer. Foram esclarecidos, votaram em conformidade.* ***PONTO NÚMERO CINCO – DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTEVÃO E SÃO VICENTE) E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE GUISANDE E OLIVEIRA (SÃO PEDRO)****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea r), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dois de maio do ano em curso, relativa à delimitação administrativa ente a União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo e Estevão e São Vicente) e a União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), feita com o acordo expresso dos órgãos autárquicos envolvidos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta*

*anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para, a propósito, destacar que: "este assunto que estamos a debater, é um assunto que acho que existem em quase todas as freguesias do concelho. É a primeira vez que um assunto destes vem a uma Assembleia Municipal, desde que me conheço, e é positivo que estas questões se possam resolver, como esta, até de forma amigável, por forma a resolver muitas vezes um conflito que muitas vezes provoca prejuízos aos moradores ou provoca prejuízos até para uma boa relação entre freguesias. De qualquer forma, sabemos que este é um processo de decisão específica da Assembleia da República, e quanto ao procedimento, entendemos que ele não está muito bem elaborado e que pode naturalmente ter depois, ao nível da decisão, algum problema, e não há nada como prevenir a montante, para que depois esta justa aspiração daquelas duas uniões de freguesias, Escudeiros e Penso e Oliveira São Pedro e Guisande, possa realmente ter cabimento e decisão positiva. Sabemos que há muitos processos destes na Assembleia da República, e quando eles não estão devidamente fundamentados, e quando eles podem levantar algumas questões, há naturalmente alguma dúvida. A intervenção do Partido Socialista aqui é, sobretudo, uma intervenção mais pedagógica. A própria elaboração deste parecer, ele próprio, está eivado de, não direi de erros, mas de uma fundamentação que deveria estar mais completa. Por exemplo, fala-se na orientação da Direcção Geral de Território que não aparece. Também não aparece nenhum enquadramento legal para este procedimento, o que desde logo, também retira uma análise mais séria e correta destes procedimentos e pode fazer com que ele possa cair mais tarde. Por outro lado, há deliberações dos órgãos autárquicos que não têm deliberação propriamente dita, porque tem que haver, sem sombra de dúvidas, uma deliberação a dizer que aceitam a proposta que está elaborada. Portanto, vi de fio a pavio este*

*processo. Ele tem algumas questões que deviam ser revistas para que não encalhe na Assembleia da República. O Partido Socialista absteve-se disto na reunião de Câmara. Fá-lo aqui novamente, não com o sentido de reprovar porque acha positivo que estes conflitos, muitas vezes, de fronteira, se possam resolver de forma amigável, a contento e para o interesse das próprias populações, mas a verdade é que se não forem feitos como deve ser, isto vai esbarrar e depois todo este trabalho acaba por não ter o efeito pretendido. Por essa razão, o Partido Socialista se disponibiliza a colaborar e a ajudar, mas também, por outro lado, a prevenir para que efetivamente este trabalho possa ter uma solução positiva no interesse dos moradores". Interveio de seguida o* ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTEVÃO E SÃO VICENTE)****,* ***FERNANDO ALBERTO OLIVEIRA COSTA E SILVA****, para referir que: "vim dar uma breve explicação do decorrer do procedimento dos limites da freguesia entre São Vicente e Guisande. Em janeiro de dois mil e treze, o mapa, neste caso, a carta da CAOP foi apresentada e, na altura, também o Partido Socialista não se mostrou com interesse de retificar a anomalia que existia e que agora se pôs a nu e conseguimos, em conjunto, a União de Freguesias de Escudeiros e Penso, atual, e a União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro. O procedimento que foi tomado, foi sem ajuda do Partido Socialista. Foi com as duas Uniões de Freguesias eleitas por Juntos por Braga, que se baseou na lei que tínhamos ao nosso alcance e acho que demorou muito tempo. Foi muito exaustivo, quer para a minha pessoa, como presidente, como para os membros que compõem, quer a Assembleia de Freguesia, quer o Executivo, quer também para Guisande e Oliveira São Pedro, para o Presidente, que também teve um papel muito importante, mas que não foi à primeira, não foi à segunda, mas à terceira ou quarta vez, que foi feito o levantamento e reposta toda a legalidade na íntegra, como existia*

*antigamente, para bem dos nossos fregueses, porque foi muito importante essa nossa abordagem. Desde o início que detetamos que um casal vivia na mesma casa, tinha um cartão de cidadão que era de Guisande, o outro tinha o cartão de Cidadão que era de São Vicente e nascia um filho, tinha que ir para Guisande, porque, perdoem-me a expressão, São Vicente de Penso é a freguesia mais pequenina em termos de habitantes do concelho de Braga. Mas o Partido Socialista em dois mil e treze, que estava nessa freguesia, não quis saber e quis torna-la mais pequena, porque lugar de Feijó e Lugar do Souto Novo, desapareceram e passaram para Guisande. Portanto, isso foi uma realidade. O que é certo é que, repito, repusemos a verdade. Tivemos a ajuda do Município, dos técnicos do Município, pessoas em quem confiamos. Portanto, o documento veio cá e veio cá na intenção de ser votado e aprovado para esta Assembleia. Esperamos que a Assembleia da República também nos contemple com aquilo que é a realidade do antigamente. Portanto, não estamos a roubar nada a Guisande, nem Guisande está a roubar nada a Santo Estevão. E para terminar, penso que fica para a história, porque no passado sei que houve mais Uniões de Freguesias que tentaram também através do Mapa do CAOP repor a verdade e não conseguiram, mesmo no litígio. Aqui foi tudo acordado entre as Uniões de Freguesias e Assembleias em conjunto, como a lei assim o exige. Portanto, ficamos para a história, porque sem gastar um cêntimo em tribunal, a União de Freguesias de Escudeiros e Penso Santo Estevão e São Vicente e a União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, conseguiram trazer a esta Assembleia a carta da CAOP atual, neste caso, para aprovação". Retomou o uso da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para salientar que: "não percebi a agressividade do Senhor Presidente da Junta, que muito respeito e considero, relativamente ao Partido Socialista. Aliás, tive o cuidado de dizer aqui, que a intervenção tinha um sentido*

*pedagógico, no sentido de prevenirmos a montante aquilo que pode ser a decisão da Assembleia da República que, naturalmente, nesta matéria, é da sua reserva própria. Portanto, não percebi o que o Senhor Presidente da Junta veio aqui dizer, mais, dar alguns remoques no Partido Socialista. E gostava de lhe lembrar o seguinte a CAOP, que é a Carta Administrativa Oficial de Portugal, é uma carta que foi feita com critérios que não vieram buscar àquilo que é o mapa antigo ou o mapa moderno, existe muito anterior a dois mil e treze. Portanto, não foi ninguém que o alterou. Somos nós que agora, e todas as freguesias têm conflito de questões, campos de futebol de uma freguesia que estão noutra casas, casas que a cozinha está num lado e a entrada está noutro. Portanto, isso acontece em todo o lado e a intervenção foi positiva. Portanto, o Senhor Presidente da Junta enganou-se no recado a quem devia dar, e, por outro lado, a CAOP existe e não foi alterada desde dois mil e treze ou antes de dois mil e treze. Sempre foi assim e é ela que regula os limites e a lei prevê aquilo que vocês fizeram, e bem, que é, desde que haja entendimento entre as Assembleias de Freguesia, essa delimitação pode ser provocada e pode ser feita, e muito bem. Vir aqui depois dizer que o Partido Socialista isto, ou o Partido Socialista aqueloutro, acho que é perfeitamente desnecessário. Aconselho-o, no entanto, Senhor Presidente, a ver a ata do seu órgão autárquico". Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com dez abstenções****.* ***PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dois, de quinze e de vinte e nove de maio do ano em curso, relativas aos Contratos*

*Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada "requalificação da rua do Rio", no montante de duzentos e vinte e quatro mil quinhentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "requalificação do alargamento do C.M. mil trezentos e quarenta e três (Rio Ledo) – Penso Santo Estevão – aditamento – honorários/fiscalização", no montante de três mil trezentos e vinte e um euros; Três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "requalificação da rua Entre Águas – Penso São Vicente – honorários/fiscalização", no montante de quatro mil quatrocentos e oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "reparação de pavimento – confluência da E.N. trezentos e nove com o cruzamento da E.M. seiscentos e vinte e oito e com a rua da Escola – Escudeiros – aditamento – revisão de preços", no montante de vinte e quatro mil quinhentos e um euros e cinquenta e sete cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada "repavimentação da rua da Sebe – Merelim São Pedro", no montante de quarenta e três mil sessenta euros e quarenta e cinco cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada "requalificação da rua do Espírito Santo – honorários/projeto", no montante de seis mil quatrocentos e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada "requalificação e alargamento pontual da rua de Feixe – honorários", no montante de oito mil novecentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos; Oito - União de Freguesias de Celeiros, Aveleda e Vimieiro, para a*

*execução da obra denominada "requalificação da rua de Macada – Vimieiro", no montante de quarenta e quatro mil nove euros e trinta e sete cêntimos. Postas à votação, foram as referidas propostas* ***aprovadas com duas abstenções do B.E.***. ***PONTO NÚMERO SETE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dois, de quinze e de vinte e nove de maio do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, destinado a apoiar a obra de "alargamento do entroncamento – rua de Pomares/rua de Areias", no valor de três mil setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar a obra de "substituição de equipamento de água quente sanitária no ringue de Penso Santo Estevão", no valor de quatro mil oitocentos e dezanove euros e oitenta e dois cêntimos; Três - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado a apoiar a "criação de novas sepulturas nos cemitérios de Panóias e Parada de Tibães", no valor de dois mil quatrocentos e noventa e um euros; Quatro - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a "realização do Festival Castro Galaico" no valor de dez mil euros; Cinco - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar as "despesas associadas a honorários do projeto de requalificação e alargamento da rua de Andrias, travessa do Paço e beco de Andrias – Celeirós – aditamento", no valor de dois mil trezentos e trinta e sete euros; Seis - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar a obra*

*de "construção de cobertura na entrada da EB um de Fradelos", no valor de dois mil novecentos e dezoito euros; Sete - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar o "Roteiro Arte Urbana – Pintura Mural e abrigos de passageiros", no valor de três mil novecentos e setenta e cinco euros; Oito - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a obra de "requalificação da travessa do Monte – Cunha", no valor de dois mil duzentos e dezasseis euros e noventa e nove cêntimos; Nove - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a "Procissão dos Passos – Celeirós", no valor de seiscentos euros; Dez - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), destinado a apoiar a obra de "correção de passeios – zona envolvente às caldeiras das árvores – na avenida de Cabreiros", no valor dois mil e sessenta e sete euros; Onze - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar os "trabalhos de regularização na rua do Pregal e na rua de São Simão – Este (São Mamede)", no valor de dois mil setecentos e dezassete euros e oitenta quatro cêntimos; Doze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar o "aditamento ao projeto do Espaço Cidadão de Celeirós", no valor de novecentos e oitenta e quatro euros; Treze - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), destinado a apoiar os "trabalhos de limpeza de ruas das freguesias – últimas intempéries", no valor de cinco mil cento e setenta e dois euros e oitenta cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a "limpeza da zona envolvente dos apartamentos de Mourens", no valor de mil oitocentos e dezassete euros e noventa cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a "limpeza do Ruílhe Park", no valor de trezentos e doze euros e setenta cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a "obra de requalificação do parque de merendas do Ribeiro de Prados – honorários/Projeto", no valor de oito mil e oitocentos euros; Dezassete - União de*

*Freguesias de Lomar e Arcos, destinado a apoiar a obra de "reparação das casas de banho e outros na EB um de Lomar", no valor de quarenta e um mil novecentos e vinte e três euros; Dezoito - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães, destinado a apoiar a "substituição do abrigo de passageiros na rua da Igreja – Nogueira", no valor de quatro mil oitocentos e oitenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos. Postas à votação, foram as referidas propostas* ***aprovadas com duas abstenções do B.E.***. ***PONTO NÚMERO OITO – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)****. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo dos números um, dois e quatro do artigo H-um barra décimo sexto e do artigo H-um barra décimo sétimo do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.* ***PONTO NÚMERO NOVE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES****. O* ***SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO****,* ***PLANEAMENTO****,* ***AMBIENTE****,* ***TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL****,* ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA*** *informou que: "a melhor comissão da Assembleia Municipal vai realizar uma Conferência sobre o Rio Este, no próximo dia oito de julho, às catorze horas. Aproveito a ocasião para convidar todos os Senhores Deputados a estarem presentes. É uma Conferência integrada numa reunião da Comissão e, portanto, todos os Senhores Deputados podem participar, e gostava mesmo que participassem, que é no dia oito de julho, se as condições climatéricas permitirem, no Parque Desportivo da Rodovia. Todos os órgãos municipais poderão participar. Como é uma reunião da Comissão, os Senhores Deputados Municipais, fora da reunião podem perfeitamente integrar a*

*reunião, na categoria de observadores, e só não podem é votar. Os outros intervenientes podem assistir, aliás, o público vai ser convidado a assistir, não a participar, mas a assistir. Conto convosco". A palavra foi dada ao* ***SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, FAUSTO ALVES FARINHA****, para informar que: "a Comissão de Educação queria colocar na ordem de trabalhos desta Assembleia de hoje, uma recomendação, o que não foi possível, porque quando contactei a Senhora Presidente da Assembleia, já tinha ocorrido a Conferência de Líderes. No entanto, vamos aprová-la numa próxima reunião, essa recomendação, e que, basicamente, dado que ainda não está aprovada, está sujeita a algumas alterações, diz o seguinte: 'que no próximo ano letivo seja dada continuidade à solução encontrada para as pontas letivas, uma questão que já foi hoje aqui levantada. Seja estudada a extensão do programa dos alunos do segundo e terceiro ciclos e também para o prolongamento de horários, os valores a pagar pelos encarregados de educação e pelo serviço prestado pela CAF no primeiro ciclo, seja uniforme em todo o concelho. Seja previsto um apoio financeiro do município às famílias com o escalão A e B e que não estejam abrangidas por qualquer apoio para além de refeições. Sejam integradas nas respostas os recursos humanos especializados de acordo com as necessidades elencadas e também recomendar ao governo a alteração dos normativos legais, de modo a que as associações de Pais e as Juntas e Uniões de Freguesias se possam candidatar a apoios para a prestação deste serviço nas mesmas condições em que se candidatam as IPSS's'. Isto foi aquilo que nós fomos trabalhando, desde janeiro até agora, e que vamos aprovar como recomendação final, com eventuais alterações, que depois remetemos à Senhora Presidente da Assembleia para que seja enviada a todos os membros da mesma Assembleia e ao Executivo".* ***PONTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO DO SR.***

***PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO***. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que se iria realizar uma sessão extraordinária em julho, que seria posteriormente agendada.* ***APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA***: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.* ***ENCERRAMENTO****: Às duas horas e dez minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezasseis de junho de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*